

Notícia de Fato: 0024.22.014850-6

Representado: Banco BMG S/A

Despacho

Submetida à devida análise, verifica-se que o assunto abordado - contratação de empréstimo consignado mediante retenção, não autorizada, da margem consignável do beneficiário junto ao INSS, refere-se ao objeto da Ação Coletiva de Consumo proposta nos autos do **Processo Judicial nº 5154588-04.2019.8.13.0024** ajuizada em face do Banco BMG.

Não obstante os consumidores tenham a oportunidade de se habilitarem na fase final da referida ACC – em caso de procedências dos pedidos formulados – havendo urgência na obtenção de eventual tutela na esfera individual, aconselha-se que o(a) consumidor(a) recorra ao Procon Municipal ou ao Juizado Especial de sua cidade para obtenção do devido provimento na esfera individual; sendo facultado aos consumidores residentes em Belo Horizonte o agendamento de atendimento pelo NIAÇON (Núcleo Integrado de Atendimento ao Consumidor), através do link: [hyyp://agendamentoeletronico.pbh.gov.br](http://agendamentoeletronico.pbh.gov.br); orienta-a ainda a efetuar o registro de sua reclamação junto ao [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br), uma plataforma para resolução rápida de conflitos entre consumidores e fornecedores.

Revele-se ainda salutar que o(a) consumidor(a) realize o bloqueio para novos empréstimos indesejados no aplicativo "Meu INSS", caso se trate de aposentado(a) ou pensionista do INSS. Recomenda-se ainda a não se manifestar sobre eventuais pedidos de devolução de valores depositados em suas contas sem a devida verificação da procedência do contato junto aos canais oficiais do Banco Reclamado, tendo em vista a notícia de que quadrilhas especializadas têm se passado por correspondentes bancários, encaminhando acessos falsos para suposta devolução dos valores indevidamente depositados nas contas de aposentados/pensionistas do INSS;

Isso posto, realizada a conversão do presente expediente em Investigação Preliminar, **determino que:**

**1-** Oficie-se à consumidora (via e-mail) para que, no prazo de 10 dias úteis, apresente cópia dos "extratos bancários", "contracheques" e "Extratos de Empréstimos Consignado do INSS" (caso se trate de aposentada ou pensionista) que tragam a indicação dos valores descontos para pagamentos das parcelas do empréstimo gerado, bem como cópia do contrato (Cláusulas e Condições Gerais do Contrato de Empréstimo que lhe foi apresentado por ocasião da proposta realizada) e do Termo de Adesão firmado para liberação do valor solicitado;

**1.1-** A consumidora deverá, caso deseje colaborar com as apurações, esclarecer ainda quais documentos lhe foram exigidos para obtenção do empréstimo, quais documentos assinou e como convencionou com o pagamento das parcelas contratadas;

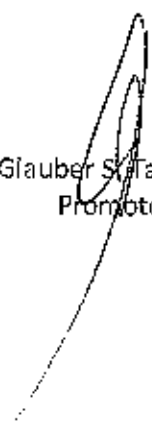
**1.2-** Encaminhe-lhe, em anexo, cópia do presente despacho, para conhecimento das orientações acima repassadas;

**2-** Oficie-se ao **Banco BMG** e ao correspondente **Help! Loja de Crédito** com cópia de de fls. 02 e 04/05 para que, no prazo de 10 dias úteis, apresente esclarecimentos e cópia do "Termo de Autorização de Consignação/INSS", da "cédula de crédito bancário" e da "Planilha de Proposta Simplificada" relacionadas à contratação do empréstimo atribuído à Sra. Celma Ferreira Gonçalves;

**2.1-** Os Investigados deverão ainda apresentar a identificação da Agente de Vendas (nome completo, CPF e endereço profissional) do Correspondente Bancário responsável pela proposta e intermediação do contrato em questão.

Cumpra-se com **urgência**.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2022.

  
Glauber S. Ratagiba do Carmo  
Promotor de Justiça

Banco Bmg

Para ter acesso aos áudios, nossos especialistas não têm acesso aos áudios, escreva suas dúvidas para podermos te ajudar 😊

10:27

Olá, bom dia! Tudo bem com você? Espero que sim!

Eu me chamo Gabriela e é um prazer te atender 😊

Estou aqui para te ajudar no que for preciso



Como eu posso te ajudar?

Protocolo:270838000

10:28

Bom dia

Eu fiz um empréstimo pessoal nesse banco BMG, que seria pago via boleto e agora o valor de 909,09 foi descontado direto do meu benefício.

10:29 ✓

Quero saber o porq sendo que o vencimento é para o dia 06/09 e o valor é de 770

10:31 ✓

Olá, bom dia! Tudo bem com você? Espero que sim!

Eu me chamo Gabriela e é um prazer te atender 😊

Estou aqui para te ajudar no que for preciso



Como eu posso te ajudar?

Protocolo:270838000

10:35

Mensagem



20:42



BMG Empréstimo



HELLO LOJA DE CREDITO tudo bem

10:03 ✓

O valor vai cair hoje?

10:03 ✓

sim, cairá hoje no decorrer do dia

10:03

BMG Empréstimo

sim, cairá hoje no decorrer do dia

Ata

10:03 ✓

O boleto pra pagamento vai ser enviado para o meu endereço?

10:04 ✓

AUD-20220802-WA001...

10:04

Ok

10:05 ✓

3 de agosto de 2022

Sua sessão expirou!



03:08:07

03:07

Bom dia Camila.

10:07 ✓

Bom dia! O seu atendimento será iniciado agora pelo(a) **CAMILA GARCIA DE MELLO DOS REIS.**

Em que posso te ajudar?



10:07:37

10:07



Mensagem





20:41

📶 🔋



3



HELPI LOJA DE CREDITO

Bom dia Camila

09:46 ✓

Bom dia! O seu atendimento será iniciado agora pelo(a) **CAMILA GARCIA DE MELLO DOS REIS**.

Em que posso te ajudar?



09:46:29

09:46

Vc ficou de me mandar o boleto

09:46 ✓

Camila?

13:20 ✓

24 de agosto de 2022

Sua sessão expirou!



06:22:39

06:22

Bom dia

08:18 ✓

Bom dia! O seu atendimento será iniciado agora pelo(a) **CAMILA GARCIA DE MELLO DOS REIS**.

Em que posso te ajudar?



08:18:49

08:18

Camila vc ficou de me mandar o boleto

08:18 ✓

Camila???

12:34 ✓



Mensagem



 Banco Bmg

Banco Bmg - Especialista no que você precisa!  
Um momento 07:45

Um instante 07:46

Ok 07:45 ✓

você deseja somente a parcela que vai  
vencer?

07:49

Banco Bmg

você deseja somente a parcela que vai vencer?

Sim

07:49 ✓

Nesse caso não tem como gerar esse boleto  
porque tem menos de 10 dias e esta  
programado para ser debitado

07:52

Mas não foi isso que a moça me disse, ela  
falou q o carne chegava em casa ou eu  
podia pedir pelo zap

07:53 ✓

Sua parcela é de um empréstimo pessoal  
que esta programado para debitar  
automaticamente na data de vencimento

07:55

Banco Bmg

Sua parcela é de um empréstimo pessoal que  
esta programado para debitar automaticamente  
na data de vencimento

Pra débito automático

07:57 ✓

Te ajudo com mais alguma informação?

07:57

 Mensagem



20:38



← Banco Bmg

Banco Bmg - Especialista no que v

27 de agosto de 2022

Valor para liquidação deste empréstimo:

R\$ 4.994,66

Como posso adiantar o pagamento do empréstimo?

Você pode pedir pra adiantar o pagamento na Central de Atendimento (SAC), pelo telefone:

WhatsApp  
(11) 4002 7007

WhatsApp

Ligações sem custo de celular  
Custo da ligação local  
4002 7007

11:11

Ligações sem custo de telefone fixo

Inclusive no app dão 3 opções 13:57 ✓

Senao é Aqui que resolve. Então o app não deveria direcionar para cá 13:57 ✓

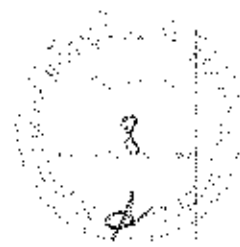
O chat não é o setor responsável por empréstimos, justamente não conseguimos enviar o boleto na mesma hora pra você, apenas solicitar o envio que leva 24 horas para ser enviado. 13:58

Meu email é celmagon05@gmail.com 13:58 ✓

Estou aguardando esse boleto 13:58 ✓

Se na segunda feira eu não o tiver recebido não vou mais falar por aqui. Vou reclamar em outras instâncias 13:58 ✓

Mensagem





20:40



ESTO MELPI LOJA DE CREDITO boleto

26 de agosto de 2022

Sua sessão irá expirar em 2 minutos!

03:26:06

03:25

Sua sessão expirou!

03:30:28

03:30

Cadê o boleto Camila?

08:01 ✓

Bom dia

08:05 ✓

Bom dia! O seu atendimento será iniciado agora pelo(a) **CAMILA GARCIA DE MELLO DOS REIS**.

Em que posso te ajudar?

08:21:26

08:21

Estou precisando do boleto

08:23 ✓

27 de agosto de 2022

Sua sessão expirou!

01:25:15

01:24

Oi

03:06 ✓

Boa tarde! **CELMA FERREIRA**

Mensagem





20:40



BMG Empréstimo



HELPI LOJA DE CREDITO

Sua sessão irá expirar em 2 minutos!



06:14:09

06:13

Sua sessão expirou!



06:20:46

06:20

31 de agosto de 2022

Bom dia Camila

10:32 ✓

Bom dia! O seu atendimento será iniciado agora pelo(a) **CAMILA GARCIA DE MELLO DOS REIS**.

Em que posso te ajudar?



10:35:14

10:34

Estou esperando o boleto pra adiantar o pagamento que te pedir a mais de uma semana.

10:39 ✓

Ontem

Sua sessão expirou!



03:42:09

03:41

Hoje

Bom dia

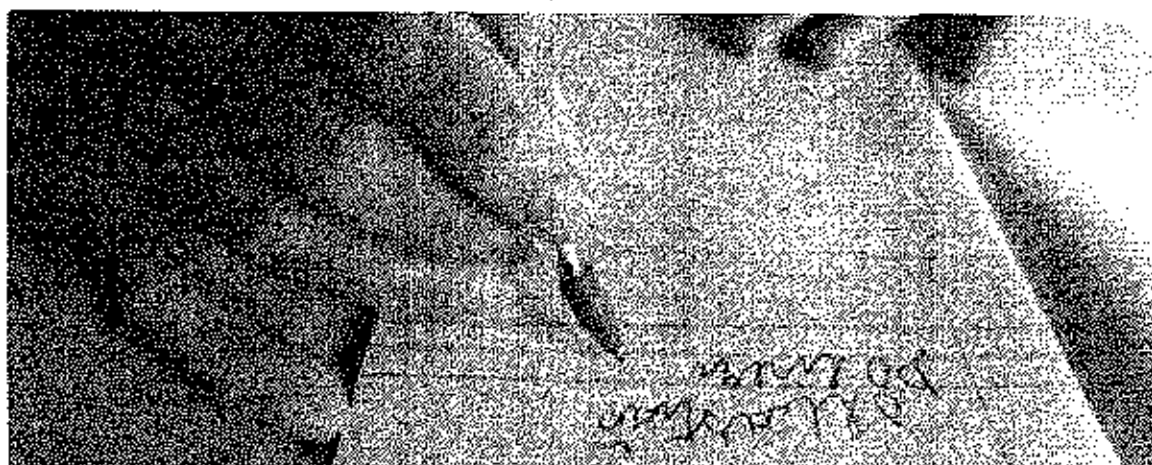
09:45 ✓



Mensagem



## TJ-SP anula empréstimo consignado vendido por banco a idoso analfabeto



A 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo anulou um contrato de empréstimo consignado assinado pelo Itaú BMG com um idoso analfabeto. Por unanimidade, o colegiado condenou o banco a indenizar o idoso em R\$ 10 mil e devolver o valor já descontado (R\$ 430) em dobro. Para o tribunal, houve má-fé e abuso de vulnerável.

O banco Itaú BMG é uma *joint venture* (empresa de responsabilidade e controle compartilhados) entre os dois bancos para empréstimos consignados. A RV Soluções Financeiras, a vendedora do produto terceirizada pelo banco, também foi condenada a arcar com a indenização. Contou para a condenação o fato de as testemunhas do contrato serem funcionárias dos bancos envolvidos.

Na petição inicial, o homem, que é idoso e analfabeto, alegou que um funcionário da RV Soluções Financeiras foi até sua casa e o convenceu a firmar contrato de empréstimo de R\$ 15 mil, para pagamento em 72 parcelas de R\$ 430 cada uma, totalizando R\$ 30 mil.

Na ocasião, ele disse que não tinha interesse em contratar o empréstimo e que a forma de agir do vendedor foi “extremamente ardilosa”, pois o fez colocar a digital num “contrato” em branco. Ele tentou desfazer o negócio mas, como não foi atendido, pediu na Justiça a anulação do contrato.

O relator do caso, desembargador Roberto Mac Cracken, apontou que o Código de Defesa do Consumidor prevê que, se for verificada a hipossuficiência do consumidor, caberá ao fornecedor ter todas as informações e documentos referentes à prestação de serviço. Esse dever não pode ser repassado ao consumidor, sob pena de configurar prática abusiva.

“O próprio banco Itaú, quando lhe foi oportunizada a especificação de prova, inclusive para possível colhimento do depoimento pessoal do autor e das referidas testemunhas instrumentárias, manifestou-se no sentido de que não tinha provas a produzir”, afirmou.

Dessa forma, o tribunal declarou a nulidade da negociação e determinou que os valores descontados devem ser restituídos em dobro, tendo em vista a má-fé decorrente de abuso de vulnerável.

**Clique [aqui](#) para ler a o acórdão.**

**Processo 1000578-71.2017.8.26.0673.**

**Fonte:** Conjur

## **Veja também:**

**==>> 3, 4 Horas ou mais fazendo petições ? Veja como aumentar sua produtividade e fazer petições melhores e em minutos.**

**==>> STJ autoriza a chamada "Revisão da Vida Toda" no cálculo da aposentadoria, veja como buscar a revisão para seus clientes.**

**==>> Correção do FGTS: Veja como buscar a correção para seus clientes, passo a passo.**



**==>> ICMS na conta de luz: Veja jurisprudências do STF e STJ favoráveis a restituição para os consumidores e saiba como cita-las em suas petições.**

**==>> Cobrança do Saldo do PASEP: Conheça a Tese da Cobrança do Saldo do PASEP dos servidores públicos.**

**Disponível em:** <https://correcaofgts.jusbrasil.com.br/noticias/601935183/tj-sp-anula-emprestimo-consignado-vendido-por-banco-a-idoso-analfabeto>



a

6ª Vara Cível

Espécie: Ação Civil Pública

Autos n.º 5154588-04.2019.8.13.0024

Autoras: Instituto Defesa Coletiva e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Réu: Banco BMG S/A

Meritíssimo Dr. Juiz,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu órgão de execução que esta subscreve, em atendimento à intimação do d. Juízo (ID: 9647605422), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar a seguinte exposição:

#### 1- Do Objeto da Presente Ação

Rememorando os fatos, busca-se por meio da presente **Ação Coletiva de Consumo** a tutela dos direitos dos consumidores, constituídos, no presente caso, em maior parte por aposentados/pensionistas do INSS que tiveram descontos indevidos em seus benefícios previdenciários, decorrentes de operações TELESAQUE ordenadas pelos sistemas do Banco BMG em contas bancárias de consumidores sem que estes tenham tido devido o acesso às informações necessárias ao exercício de uma escolha consciente e consentida.

A demonstração do vício e/ou supressão total de consentimento, demonstrada pelas Autoras nos autos, requer a invalidade das operações de saque realizadas em flagrante afronta ao art. 6º da Lei nº. 10.820/2003 c/c a art. 3º, III da Instrução Normativa 39, do INSS:

“Art. 1º A Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES, de 16 de maio de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações e reordenamentos em seus arts. 3º e 17:

(...) "Artigo 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, **poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras**, desde que:

I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado convênio com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, para esse fim;

II - mediante contrato firmado e assinado com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio; e

III - a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável, **não sendo aceita autorização dada por**

telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de nexoanexoocorrência.”

Subsidiariamente, para a remota hipótese de não decretação da nulidade exigida ao caso, pugnam pela aplicação da taxa média de juros do empréstimo consignado, praticado pelo BACEN à época da contratação do crédito.

As Autoras esclarecem que no saque através do Cartão de Crédito Consignado basta uma ligação telefônica para a liberação do valor na conta do consumidor, com a imediata retenção de sua margem consignável (RMC):

“Sem limite para aumentar os lucros da instituição financeira, o banco Réu inovou o funcionamento do saque através do CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. O banco mediante ligação telefônica oferece o limite de crédito para os aposentados e pensionistas como se fosse um empréstimo comum e extremamente vantajoso, creditando na conta corrente ou poupança em um “pisar de olhos”. Esta inovação (armadilha) foi intitulada de “TELESAQUE”. Infelizmente, o típico usuário do CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO não tem o conhecimento que o juro no TELESAQUE chega ser o DOBRO do juro do EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.” (grifou-se)

Conforme salientado em outras oportunidades, o limite do saque pode chegar a vultosa quantia de até 72 vezes o valor do benefício previdenciário do Tomador, haja vista a possibilidade de liquidação em até seis anos, bem como o fato de somente serem diretamente descontados no benefício previdenciário/folha de pagamento do usuário apenas de 5% (cinco por cento) do montante total. Desta feita, o saldo remanescente da fatura do cartão de crédito passa a comprometer severamente a subsistência do consumidor.

Saliente-se que, não raras vezes, o consumidor sequer tem conhecimento da existência do saldo remanescente, em razão da baixa capacidade de compreensão dos clientes vítimas da oferta do CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

A retenção do equivalente à 5% do montante depositado, mediante consignação pela fonte pagadora, leva o consumidor a crer que o empréstimo está sendo adequadamente quitado em moderadas prestações (consignadas diretamente na folha pagadora), o que não é verdade.

Não bastasse as armadilhas escondidas nas características da referida operação, outro aspecto relevante se concentra no alto risco de fraude envolvendo a concessão e outorga do produto, tendo em vista bastar o repasse de dados do titular do cartão para a liberação do crédito na conta do consumidor.

Devido a este motivo que o Instituto Nacional do Seguro Social **veda peremptoriamente** autorizações para a conclusão de tais operações via contato telefônico.

Todavia, o Banco BMG age contrariamente ao ordenamento jurídico ao promover a oferta e contratação de “saque” vinculado ao cartão de crédito consignado via ligação telefônica.

Tais práticas foram devidamente demonstradas e retratadas pelas Autoras aos autos: cópia acórdão do TJRS, proferido em ação ajuizada por Lavino da Silva Piekatoski (ID: 87489532); reclamação do consumidor Valdoni Alves Ferreira (ID: 87489709); cópia da Inicial da ACC nº 0024.06.255350-8, proposta em face do Banco BMG (ID: 87489716, ID: 87489719); Sentença e Acórdão proferidos nos autos da ACC nº 0024.06.255350-8 (ID: 8748972, ID: 8748972 e ID: 87489722); e Sentença – Amostra Grátis (ID: 87489725).

Consta ainda dos autos Recibo de Entrega de Documento referente à mídia digital conteúdo gravação de conversa entre a Consumidora Joana Alves Barbosa e o Réu.

Há ainda relatos, anexados à Exordial, em que exigido o “Tele saque” para a contratação do Cartão de Crédito Consignado, obrigando o consumidor a “anuir” com condição manifestamente excessiva.

Ante a ausência da livre manifestação da vontade do consumidor, a qual pressupõe o cumprimento de dever de informação imposto pelo artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor, as Autoras defendem a equiparação dos montantes depositados sem a devida aquiescência ou coercitivamente (no caso de venda casada) nas contas bancárias dos consumidores à **Amostra Grátis** nos termos do parágrafo único do artigo 39 do *codex* consumerista.

## **2- Das Questões Preliminares e de Mérito suscitadas nos Autos**

Em sua Contestação, o Réu trouxe as seguintes questões prejudiciais aos autos: (i) ausência de interesse individual homogêneo para o ajuizamento de Ação Coletiva; (ii) ausência de autorização dos associados do Instituto de Defesa Coletiva para a propósito da presente ação; (iii) impugnação ao valor da causa.

Adentrando ao mérito, a Ré asseverou que a contratação do cartão de crédito consignado BMG pode ser efetivar de duas formas: 1) contratação presencial – quando o consumidor comparece a agência da instituição financeira ou de seus representantes comerciais e 2) contratação por outros canais, a partir do recebimento e confirmação do contrato escrito, através de site, telefone, dentre outros.

Aduziu que a contratação do cartão de crédito consignado por meio de ligação telefônica “é vedada pelas regras e determinações contidas na Instrução Normativa INSS nº 28 DE 16/05/2008 com as alterações realizadas pela Instrução Normativa INSS nº 100 DE 28/12/2018”.

Assumiu a vedação de oferta de crédito consignado a pensionistas e/ou aposentados do INSS por ligação telefônica, por expressa vedação normativa do INSS.

Não obstante as provas trazidas aos autos, alegou que as contratações teriam ocorrido por meio de contrato eletrônico.

Afirmou que, a exemplo dos demais tipos de cartão de crédito, “também é possível a sua utilização para realização de saque de quantias que estejam dentro do limite vinculado e aprovado para aquele cartão de crédito”. Nesse sentido, asseverou existir previsão para o saque no contexto do cartão

de crédito consignado, a partir dos canais de atendimento do banco BMG, dentre eles a possibilidade do tele saque

Negou qualquer violação ao dever de informação,

Vieram aos autos Impugnação à Contestação, apresentadas pelas Autoras sob a Peça de ID: 119982930.

Preliminarmente, as Autoras alegaram tentativa de cerceamento de defesa, haja vista ter a contestação do Banco BMG de ID nº 96927810 sido colocada em segredo de justiça, o que impediu a visualização pelo Instituto Defesa Coletiva durante o prazo concedido para impugnação; que a ocultação da peça somente foi sanado após pedido da Autora para decretação da revelia da Ré; que a apresentação da impugnação se tornou possível em razão do prazo em dobro concedido à Defensória Pública.

Sobre a adequação da via eleita, salientaram que a presente ação coletiva abarca não só os direitos individuais homogêneos dos consumidores lesados pelo Banco Réu, em decorrência da prática abusiva do “tele saque” e dos empréstimos consignados não solicitados, mas também os direitos difusos e coletivos dos presentes e futuros clientes da Instituição Financeira.

Acerca da legitimidade do Instituto Defesa Coletiva, aduziram que a “atuação das associações nas ações coletivas de consumo se dá mediante a legitimação extraordinária, isto é, mediante a substituição processual da coletividade de interessados que podem ou não ser individualizados, de acordo com a natureza do vínculo, fático ou jurídico, que os une”.

Sobre o pedido de inversão do ônus da prova, asseverou que a prova cabe à parte que, no plano material, detém o comando dos dados e informações, cujo dever de guarda lhes foi imposto na relação contratual.

Relembrou que em algumas situações nem mesmo o consumidor conseguiu ter acesso a via contratual, conforme caso abordado nos autos da **Investigação Preliminar MPMG nº 0024.19.012627-6**, na qual é relatada a negativa da Instituição Financeira em fornecer via assinada do contrato de aquisição de cartão de crédito consignado.

Adentrando ao mérito, refutaram as alegações do Réu de que o “tele saque” constituiria uma mera funcionalidade lícita do cartão de crédito consignado, o qual a Ré ainda aduziu ter sido previamente contrato pelo consumidor, presencialmente ou por meio remoto eletrônico.

Assim, as Autoras asseveraram que para que seja possível a solicitação de saque via ligação telefônica haveria a necessidade de um contrato previamente assinado pelo consumidor; que, todavia, essa modalidade de contratação foi criada justamente para burlar a proibição de liberação da margem consignável por meio de ligação telefônica, nos termos na Instrução Normativa nº 39 do INSS.

Esclarecem que tal artifício se torna possível porque a instituição financeira insere a contratação do saque simultaneamente à contratação do cartão de crédito consignado, sem qualquer



formalidade adicional que confira incontestabilidade à anuência do consumidor a tal operação.

As Autoras anexaram amostras de relatos fáticos à impugnação (pag. 04, 06 de ID: 119982930).

Também enumeraram todo o acervo probatório sobre a creditação de valores nas contas dos consumidores sem a devida anuência, bem como pela ocorrência de vício de consentimento nas contratações, **constituído por mais de 100 registros de reclamações nos mais diversos canais de defesa do consumidor.**

Requereram, ainda, a juntada outras provas: cópia do **Processo Administrativo nº 31.002.001.19-0002491** em trâmite no Procon-BH; cópia da **Notícia de fato MPMG nº 0024.19.018249-3**; cópia da **Investigação Preliminar MPMG nº 0024.19.012627-6**; cópia do **Procedimento Preparatório MPF nº 1.34.001.003165/2018-27**; cópia da **Denúncia realizada pelo consumidor Gentil dos Santos Macedo** ao Instituto Defesa Coletiva, dentre outros (peças de ID: 119982940 a ID: 119987559).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais foi provocado para atuar como Fiscal da Ordem Jurídica, vindo aos autos Parecer Preliminar (ID: 203110251).

Devidamente analisadas, o Parquet manifestou-se pela rejeição das preliminares arguidas pelo Réu, declarando a plena validade das condições para o regular desenvolvimento do feito; bem como favorável à inversão do ônus da prova previsto no art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor e pela publicação do edital previsto no art. 94 da Lei 8.078/90 no órgão oficial.

Ao final, foi requerido pelo MPMG nova vista dos autos, após a formulação de alegações finais pelas partes (em forma de memoriais), para apresentação de Parecer de Mérito.

### **3- Do Indeferimento da Tutela de Urgência e da Tentativa de Conciliação**

Ainda que as Autoras tenham comprovado documentalmente os ilícitos que sustentam o ajuizamento da presente ação coletiva, o Juízo da 6ª Vara Cível indeferiu a antecipação de tutela pleiteada pelas Autoras, sob a justificativa de ausência de elementos para tanto (ID: 88236657, ID: 88261590 e ID: 88261591).

Foi consignado pelo próprio Juízo que, **não obstante a existência de reclamações contra o Banco Réu sobre a oferta de cartão de crédito consignado via ligação telefônica**, existiriam evidências de que o Banco observaria o direito de informação previsto no Código de Defesa do Consumidor.

**Nota do MPMG:** todavia, o direito à informação não é o foco principal da discussão, mas uma das nuances prejudicadas pelo ilícito cometido durante a oferta por via telefone. A vedação da oferta de endividamento via telefone tem como um de seus propósitos preservar e assegurar que os devidos esclarecimentos foram repassados ao consumidor. A gravação da conversa, sendo vedada pela Instrução Normativa INSS nº 28 como meio de prova da contratação, não pode ser emprestada para comprovação do cumprimento do referido dever. Tal somente pode ser admitida para

comprovação da utilização de um meio de oferta proibido.

**Não é possível aceitar que os meios justifiquem os fins, especialmente diante da existência de um comando legal e/ou regulamentar!** Ou seja, não é admissível, nem razoável autorizar o uso de um meio ilícito (expressamente proibido) para alcançar um negócio jurídico previsto por lei. Ainda que a contratação do crédito consignado, bem como a utilização da função saque do limite do cartão consignado, sejam passíveis de deliberação entre as partes, **uma vez violada qualquer disposição legal e/ou regulamentar na sua formação, o negócio de torna viciado em sua origem.**

Assim, uma vez caracterizada a inobservância de qualquer formalidade legal (advinda do Poder Legislativo) ou regulamentar (delegada pelo Poder Executivo às duas agências reguladoras ou autarquias) na formação do negócio jurídico, **não caberá ao Poder Judiciário convalidar algo contra o qual a parte prejudicada se insurge, e para o qual existe expresso comando protetivo.**

Ressalte-se que decisão de indeferimento da tutela protetiva se baseou no conteúdo das conversas telefônicas - **justamente vedadas pela Instrução Normativa nº 28 do INSS** - nas quais ocorreram oferta de crédito consignado.

Em sua fundamentação, o d. Juízo consigna que a oferta por telefone não constitui, por si só, ilícito consumerista, pois o consumidor poderia se cadastrar no "Não perturbe" ou pode, simplesmente, desligar o telefone e ignorar a oferta; que o problema não está na ausência de informação, mas no fato de que o consumidor opta por um negócio ruim no afã de receber mais rapidamente um recurso financeiro; que a alegação de que Portaria do INSS proibiria a contratação do cartão de crédito por telefone não pode ser aceita sem a oitiva da parte contrária.

Em sede de Embargos de Declaração, interpostos pelo Instituto de Defesa Coletiva (ID: 90481390), a Associação Autora sustentou que a fundamentação usada pela d. Juíza no tocante a licitude da oferta e contratação do produto cartão de crédito consignado pelo telefone **viola frontalmente o disposto no art. 6º da Lei 10.820/20032 e o art. 3º, III da instrução normativa INSS nº 39, bem como a decisão judicial proferida no bojo da ação civil pública nº 2553508-45.2006.8.13.0024;** ressaltou que **a Instrução Normativa INSS nº 39/2009 prevê expressamente que a autorização da margem consignada deve se dar de FORMA EXPRESSA, POR ESCRITO OU POR MEIO ELETRÔNICO, NÃO SENDO ACEITA A AUTORIZAÇÃO DADA POR TELEFONE.**

As razões alegadas pela Autora deixam claro que estando o Banco Réu adstrito ao comando legal não teria permissão para efetuar a contratação do cartão de crédito consignado, por meio de ligação telefônica. **Ressalte-se, em hipótese alguma!!!**

Em que pese a exposição lógica e fundamentada das Autoras, o Juízo da 6ª Vara Cível manteve a decisão embargada (ID: 90828067 e ID: 91965723).

Realizada audiência, não foi possível a celebração de acordo entre as partes (ID: 93551048), ***o que era esperado – segundo entendimento deste Parquet -, tendo em vista a salvaguarda conferida à atividade ilícita exercida pelo Réu na oferta de crédito consignado via telefone (entendimento MPMG).***

### **3.1- Do Agravo de Instrumento nº 1.0000.19.151391-0/001: manutenção da decisão do Juízo *a quo***

As Autoras interpuseram recurso Agravo de Instrumento (ID: 92258538), contra a decisão

do Juízo da 6ª Vara Cível que indeferida a concessão da tutela de urgência. Razões recursais registradas sob a peça de ID: 92258539.

Em decisão monocrática, a 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais deferiu parcialmente a tutela recursal do Agravo de Instrumento nº 1.0000.19.151391-0/001 (ID: 94200659), determinando ao Réu que: (i) se abstenha de creditar qualquer valor, sem a devida anuência do consumidor, em conta corrente ou poupança; (ii) se abstenha de realizar qualquer operação de crédito via telefone (TELE SAQUE), vinculado ao cartão de crédito consignado, devendo consequentemente, o saque ocorrer presencialmente em caixa eletrônico, mediante desbloqueio e o uso de senha (destacou-se), nos termos do artigo 3º, inciso III, da IN 39 do INSS, após o recebimento do cartão plástico e do contrato do cartão de crédito consignado devidamente assinado, sob pena de multa diária no valor R\$5.000,00 (cinco mil reais), limitada a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)".

Diante da reversão da decisão do Juízo a quo, o Réu passou a intentar a concessão inaudita altera parte de efeito suspensivo ao agravo interno nº 1.0000.19.151391-0/002 até o julgamento final do aludido recurso, ou ulterior retratação da decisão.

Em suas contrarrazões, ***em uma clara tentativa de gerar confusão no Órgão Julgador, o Banco BMG aduziu que a operação de tele saque seria legalizada e realizada há anos,*** "inexistindo situação nova que justifique, nesse momento, a vedação de sua prática".

O Réu procura criar confusão entre os conceitos de "saque" e "tele saque".

Em momento algum a decisão da 11ª Câmara Cível proibiu a prática do "saque", mas tão somente a liberação do montante disponível para a referida função via telefone (operação denominada tele saque).

Assim, ao contrária do que foi aduzido pelo Réu, **a prática do "tele saque" jamais foi legalizada/autorizada para aposentados e pensionistas do INSS**, vez ter sido expressamente vedado aos mesmos a contratação de endividamento (vinculado ao crédito consignado/cartão consignado) por meio de telefone.

Desta feita, **a decisão da 11ª Câmara cível possibilitou o asseguramento do disposto da Instrução Normativa nº 28 do INSS.**

Não obstante a louvável entendimento proferido monocraticamente pelo TJMG (segundo opinião deste MPMG), em caráter de urgência pela 11ª Câmara Cível do TJMG (ID: 94200659), o Relator deferiu o pedido de efeito suspensivo ao agravo interno, sobrestando a decisão proferida no agravo de instrumento nº 1.0000.19.151391-0/001 até ulterior julgamento do mérito recursal.

#### **4- Do Pedido de Reconhecimento da Conexão aos Autos do Cumprimento Provisório de Sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024 - e ID: 373453396**

Pugnam as Autoras pelo reconhecimento da conexão com os autos do Cumprimento Provisório de Sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024.

Sustentam que, “em última análise, o que se discute no presente feito e no supramencionado cumprimento de sentença é a regularidade da contratação por telefone, especialmente de empréstimo e cartão de crédito consignado.”

Vale salientar que a referida ação fora ajuizada pela Associação Autora em razão de o Banco BMG ter ofertado a contratação do produto “**Cartão BMG Master**”, via telefone\*, tendo referida prática sido reputada ilícita em juízo de antecipação de tutela aos 22/08/2008 e confirmada por sentença em 10/05/2013, nos autos da Ação Civil Pública nº 2553508-45.2006.8.13.0024.

Conforme registrado em Manifestação Ministerial de ID: 965079819, o descumprimento da ordem judicial que reconheceu a ilicitude da contratação de cartão de crédito consignado via ligação telefônica foi expressamente reconhecido em provimento jurisdicional da 11ª Câmara Cível do TJMG, nos autos do Agravo de Instrumento nº 1.0024.13.280839-5/008, contra o qual o Banco BMG interpôs Recurso Especial (REsp nº 1.821.765 – MG), julgado monocraticamente pela Ministra Maria Isabel Gallotti, em 18/05/2020.

É o dispositivo da decisão emanada da 11ª Câmara Cível do TJMG:

“É o relatório.

DECIDO.

Verifico que, de fato, já existe demanda em tramitação perante a 29 Vara Cível desta Capital, proposta pela associação requerente contra o Banco BMG S/A, ora réu, visando o reconhecimento da abusividade da contratação de cartão de crédito consignado, via telefone. **Tal pratica foi considerada ilegal, inclusive pelo Superior Tribunal de Justiça, que confirmou a condenação do réu a deixar estimular, de instigar, de incentivar, de impelir ou encorajar a contratação por telefone.”**

Saliente-se que **o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que “a mera oferta do cartão de crédito consignado pelo telefone configura descumprimento da ordem judicial, não apenas porque a fase pré-contratual integra a transação, mas porque representa meio de estimular, induzir ou incentivar a contratação proibida.”** (destacou-se)

Nesse sentido, a Ministra Maria Isabel Gallotti julgou pelo parcial provimento da via recursal, determinando ainda o retorno dos autos para que o Eg. TJMG para novo julgamento para correção dos vícios relativos à data de ocorrência do descumprimento do comando judicial, a fim de determinar o valor devido a título de astreintes.

Por sua vez, r. juízo da 29ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, onde corre o Cumprimento Provisório de Sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024 determinou: **“(i) a majoração da multa diária para o importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), limitando-a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), relativo a qualquer produto relacionado ao cartão de crédito consignado para idosos, aposentados ou pensionistas, via telefone; (ii) a suspensão da comercialização do cartão de crédito consignado, sob pena de multa diária R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), limitando-a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), até que o réu comprove que se absteve de tal prática; (iii) a aplicação de multa por ato atentatório a dignidade da justiça, nos termos do artigo 77, inciso IV, § 2º, do CPC e; (iv) a remessa da cópia dos autos a Polícia Federal e Polícia Civil para apuração de ato infracional.”** (destacou-se)



Todavia, as determinações da 29ª Vara Cível foram sobrestadas por dois recursos de Agravo de Instrumento interpostos pelo Réu - nº 1.0024.13.280839-5/014 e nº 1.0024.13.280839-5/016 - pendentes de julgamento.

Ainda assim, as Autoras pugnam pela observância das decisões proferidas nos referidos processos, o que se entender salutar (segundo entendimento deste Parquet) **para coibir decisões conflitantes no tocante à proibição judicial da “contratação de endividamento” via ligação telefônica** - tendo em vista similitude do modus operandi -, **bem como a necessidade de se seguir o entendimento da Corte Superior sobre a ilicitude do referido meio contratação.**

Ademais, segundo bem pontuado pelas Autoras, referida medida pressupõe o reconhecimento de que “a contratação do cartão de crédito consignado e a operação de “tele saque” ocorrem, muitas vezes, simultaneamente, razão pela qual se verifica que ambas as condutas se encontram umbilicalmente ligadas”.

Reforça tal entendimento o fato de que, após a oferta do cartão de crédito consignado via contato telefônico - mesmo que tenha ocorrido a recusa da oferta -, o consumidor é surpreendido com aparecimento de montante em sua conta bancária (tele saque).

Destaca-se ainda a explanação das Autoras de que tendo o **REsp nº 1.821.765/MG transitado em julgado posteriormente à interposição da presente Ação, o reconhecimento da ilicitude da contratação via ligação telefônica se trata de fato superveniente que caracteriza questão de ORDEM PÚBLICA**, aconselhando-se assim o reconhecimento da conexão da presente demanda aos autos do Cumprimento Provisório de Sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024, para harmonização das emanações jurisdicionais ao entendimento sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Referida medida obstará a multiplicação de recursos meramente retardantes do provimento jurisdicional, cujo entendimento já fora assentado pela Corte Superior de Justiça.

De pleno acordo com os fundamentos apresentados pelas Autoras, o **Ministério Público se manifestou pela reunião dos feitos perante o Juízo da 29ª Vara Cível**, para o afastamento de decisões conflitantes sobre a ilicitude do uso de ligação telefônica para contratação de crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS, bem como promover compatibilização com decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Vieram aos autos Decisão de ID: 1019914881, por meio da qual o Juízo da 6ª Vara Cível promoveu, aos 23/10/2020, o Declínio de Competência para a 29ª Vara Cível desta Capital, para processamento e julgamento com o feito de nº 2808395- 48.2013.8.13.0024:

“No presente caso, há de se reconhecer que **a prática discutida nestes é uma subespécie daquela tratada no processo que tramita perante a 29ª Vara Cível**, vez que, apesar de terem nomenclaturas diferentes, questionam, em suma, a **legalidade da prática de oferta de crédito pelo Banco BMG S/A via ligação telefônica**. Como visto, para estes casos, o art. 55, § 1º, do CPC/15, dispõe que as ações conexas serão reunidas para decisão conjunta. Neste ponto, vale lembrar

que a Súmula 235 do STJ é clara ao enunciar que a conexão não determina a reunião dos processos se um deles já foi julgado. Inobstante isso, **o próprio CPC/15 autoriza a reunião de processos que não são conexos quando houver risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, a chamada "conexão por prejudicialidade", que do meu ponto de vista é o caso.** Outrossim, a jurisprudência tem decidido no sentido de ser possível a conexão entre um processo em fase cognitiva e um de execução, **quando se observar entre eles a citada prejudicialidade, sujeitando-os a uma análise conjunta**, salvo quando a competência for absoluta (o que não ocorre no caso vertente). Nesse sentido, **entendo ser o caso de reconhecimento da conexão porquanto a análise da presente Ação Coletiva requer a observância das decisões proferidas no mencionado cumprimento de sentença**, a fim de se evitar decisões conflitantes, considerando a similitude em ambos os casos do modus operandi efetivado pela ré via ligação telefônica.

Ademais disso, o i. parquet se manifestou nesse mesmo sentido (ID 965079819 - 1.386/1.389). Face ao exposto, DECLINO A COMPETÊNCIA para o Juízo da 29ª Vara Cível desta Capital, para processamento e julgamento da presente demanda conjuntamente com o feito de nº 2808395- 48.2013.8.13.0024 que ainda está em trâmite."

#### **4.1- Dos Recursos Manejados pelo Réu contra o Declínio do Feito à 29ª Vara Cível: retorno dos autos à 6ª Vara Cível da Capital**

O Banco Réu apresentou **Embargos de Declaração (ID: 1377289833 -)** contra a decisão de ID nº 1019914881 que entendeu pela conexão do presente feito com o cumprimento provisório de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024, que tramita perante a 29ª Vara Cível (ID nº 1019914881).

Em suas razões aduziu o seguinte: (i) Ausência de intimação do BMG a respeito da suposta conexão antes de prolação de decisão; (ii) omissão e erro de premissa a respeito da inexistência de vínculo ensejador de conexão entre a presente ACP e o cumprimento provisório de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024; (iii) omissão quanto à determinação do Eg. TJMG a respeito da matéria: inexistência de conexão entre a presente ação e o cumprimento provisório de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024.

Requeru a concessão de efeito suspensivo à decisão de ID nº 1019914881, sob o fundamento da existência de risco de dano grave ou de difícil reparação, prevista no §1º do art. 1.026 do CPC/15.

As Autoras apresentaram suas contrarrazões (ID: 1448109817). Alegaram que embora o Réu não tenha sido efetivamente intimado do pedido de reconhecimento de conexão, sua manifestação de ID: 431973578 deu-se em 24.08.20, ou seja, seis dias após a manifestação das Autoras (ID: 373453396); que o Réu deixara de se insurgir na primeira oportunidade; que somente veio a se pronunciar após a prolação da decisão objurgada.

Ademais, aduziram que o reconhecimento de conexão não trouxera qualquer prejuízo ao Réu; que o próprio embargante alegou que a suposta conexão seria, em verdade, em relação à ação civil pública nº 0024.06.255350-8"; que referidos feitos tramitam em conjunto.

Consignou ter demonstrado a relação de prejudicialidade advinda da tramitação não conjunta dos feitos, a qual foi reconhecida inclusive pelo Ministério Público de Minas Gerais (ID nº 965079819).

Submetido ao Juízo *a quo*, o d. Magistrado rejeitou os embargos de declaração do Réu (ID: 4206953005).

Contra a manutenção do declínio dos autos para a 29ª Vara Cível, Banco Réu interpôs o Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.19.151391-0/007, através do qual obteve liminarmente efeito suspensivo da decisão objurgada (acórdão de ID: 4996203131).

A suspensão da decisão que determinara a remessa dos autos à 29ª Vara Cível desta Capital representou, no entendimento deste Parquet, uma ameaça à uniformização jurisprudencial e à pacificação social que dela se espera (opinião do MPMG).

Todavia, em análise mais aprofundada, a 11ª Câmara Cível do TJMG reconheceu a existência de decisão anterior que já havia afastado a conexão, pelo que seria defeso ao Magistrado ir contra ao que restou decidido (preclusão pro judicato).

Segue trecho do voto do Relator:

Não obstante a fundamentação lançada na decisão agravada, a questão acerca da conexão dos feitos foi decidida por este e. Tribunal de Justiça no julgamento do agravo de instrumento nº 1.0000.19.151391-0/001, julgado em 23/07/2020, cujo acórdão foi integrado pela decisão dos embargos de declaração de nº 1.0000.19.151391-0/004, julgado em 14/10/2020.

Nesse sentido, foi concedido provimento ao recurso para reformar a decisão agravada que reconheceu a conexão da ação de origem nº 5154588-04.2019.8.13.0024 com o cumprimento de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024.

#### **5- Do Requerimento do Réu pelo Saneamento e Organização o Feito – ID: 431973578**

Antecipando-se ao ingresso na fase postulatória, Réu apresenta os seguintes requerimentos:

(i) Apreciação das em sua contestação: ausência de interesse individual homogêneo tutelável por Ação coletiva; deficiência na representação processual da Associação Instituto Defesa Coletiva; Impugnação ao valor da causa;

***Ressalte-se que todas as prejudiciais acima já foram devidamente apreciadas e refutadas por este Parquet no Parecer Ministerial de ID:XXXXX.***

(ii) Definição acerca da distribuição do ônus da prova, e apreciação m consideração ao pedido das Autoras para inversão do ônus da prova, ***medida necessariamente recomendada por este Parquet.***

(iii) Realização do saneamento e organização do feito antes do ingresso na fase instrutória (art. 357, CPC/2015), **o que conta com a aprovação deste Parquet**. Desta feita, uma vez não trazidas aos autos todas as provas pleiteadas pelas Autoras ou caso as eventualmente apresentadas tragam indícios de falhas contundentes, ilegalidades e/ou inconsistências que apontem fraudes, seja o feito julgado antecipadamente com procedência total do mérito.

#### **6- Da Especificação de Provas Indicadas pelas Autoras - ID: 373453396**

O Réu juntou aos autos cópia do contrato do cartão de crédito consignado e de seu regulamento (de ID nº 96922563 e 96922573), os aleg que seriam entregues aos consumidores, respectivamente acompanhados pelo Termo de Consentimento Esclarecido (Doc. de ID nº 96922575).

Todavia, conforme alegado pelas Autoras e confirmado por este Parquet, o Réu “não apresentou um único contrato devidamente assinado por qualquer dos consumidores constantes nas reclamações existentes no feito”.

Não obstante a existência de diversos registros de reclamações com a identificação dos consumidores, contendo os dados necessários à localização dos respectivos contratos, o Réu não trouxe qualquer elemento que comprovasse que os documentos tenham sido entregues e assinados pelos supostos contratantes.

**Nota do MPMG:** Fica latente a omissão proposital do Réu em cooperar com a busca da verdade, caracterizada pela violação ao dever de adotar uma conduta positiva que lhe é imposta e esperada. Pode-se dizer que a inércia do Réu nega, por si só, toda a defesa formulada sobre a legitimidade das operações contestadas por diversos consumidores.

Isso porque, cabendo às Instituições Financeiras a confecção, guarda de contratos, dados e históricos de seus clientes, o encargo de realizar a amostragem e produção das mesmas pertence à parte detentora do comando dos referidos dados e informações relevantes à solução das controvérsias travadas.

Ademais, conforme bem observados pelas Autoras, os avanços tecnológicos se tornaram um importante aliado na localização dos instrumentos contratuais mantidos pelas instituições financeiras.

Saliente-se que tal ônus decorre da obrigação de as instituições financeiras manterem a microfilmagem dos documentos comuns às partes, nos termos da Resolução n.º 913, de 5 de abril de 1984, do Banco Central do Brasil –

Desta feita, sobressai a hipossuficiência técnica das Instituições Autoras em relação à produção probatória, **o que torna necessariamente aconselhável a aplicação da inversão do ônus da prova** estabelecida no art. 6º, VIII, do CDC.

Para exemplificação da necessidade de tal medida, as Autoras exemplificaram o caso do consumidor retratados nos autos da **Investigação Preliminar MPMG nº 0024.19.012627-6** (doc. de ID nº 119985602), na qual é relatada a negativa da Instituição Financeira em fornecer via assinada do



contrato, e da **Sra. Terezinha Ferreira do Amaral, objeto do processo nº 0048271-10.2018**, em que houve a liberação da margem consignada junto ao INSS sem qualquer instrumento contratual formal, haja vista que toda a contratação foi realizada por meio de ligação telefônica.

Isso posto, as Autoras reiteram o pedido de concessão da inversão do ônus da prova, bem como a produção das provas documentais, efetuados nas alíneas "J" e "Q" dos pedidos de mérito da petição inicial da demanda, para que:

A) Seja o Banco Réu intimado a apresentar, em prazo a ser estabelecido por esse d. juízo, os contratos de cartão crédito consignado e a solicitação formal do "saque", referente aos consumidores que efetuaram reclamações nos Procon's e não tiveram seus instrumentos contratuais anexados aos autos, quais sejam:

- **Consumidores que efetuaram reclamações junto ao Procon Juiz de Fora** (Docs. de ID nº 87489287, 87489289, 87489493, 87489494, 87489496, 87489498, 87489500, 87489503, 87489505 e 87489508):

1. HELIO ROBERTO BARBOSA, CPF: 601.650.736-91;
2. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA, CPF: 284.351.846-68;
3. MARIA DE FATIMA DE SOUZA FELICIANO, CPF: 379.855.586-91;
4. VALDO JOSÉ DA SILVA, CPF: 261.992.626-20;
5. MARISTELA OLIVEIRA FERNANDES, CPF: 135.789.956-49;
6. MARLENE SAHB, CPF: 224.040.587-20;
7. CELSO CORNI, CPF: 077.909.966-49;
8. MARIA DE LOURDES BELEI BASTOS, CPF: 875.674.906-68;
9. ELIZABETT LANZA DA SILVA, CPF: 622.340.806-49;
10. ELIANA LUCIA ELIAS SILVA, CPF: 284.463.306-44;

- **Consumidores que efetuaram reclamações junto ao Procon Cataguases** (Docs. de ID's nº 90483300, 90483301, 90483302, 90483304, 90483305, 90483306, 90483307, 90483309, 90483310, 90483311, 90483312, 90483313, 90483323, 90483314 e 90483315):

1. JOSE ANTONIO RODRIGUES, CPF: 136.150.096-49;
2. EVARISTO LIMA PIRES, CPF: 136.149.326-72;
3. MARIA DO CARMO ESTÁCIO ANTONIO, CPF: 380.318.416-91;
4. ELZI ROMANO FAUSTINO, CPF: 035.191.606-76;
5. MARIO LUCIO ONOFRE, CPF: 949.429.517-04;
6. LUIZ CARLOS FERNANDES, CPF: 236.719.806-30;
7. VANDERLI RODRIGUES PIRES, CPF: 530.383.806-44;
8. MARIA STELA DE OLIVEIRA GUIZELLINI, CPF: 441.334.726-91
9. ABIGAIR DA SILVA MARTINS, CPF: 773.360.626-87;
10. JEHOVAH ROSA DE ASSIS, CPF: 350.488.247-68;
11. MARLENE TEIXEIRA FREDERICA MIRANDA, CPF: 009.829.026-62;
12. JOSE CARLOS CORDEIRO, CPF: 331.819.346-15;
13. MARIO LUCIO ONOFRE, CPF: 949.429.517-04;
14. LUIZ CARLOS DE SOUZA, CPF: 55315380653;
15. MARIA STELA DE OLIVEIRA GUIZELLINI, CPF: 441.334.726-91;

- **Consumidores que efetuaram reclamações junto ao Procon de Carandaí** (Docs. de ID's nº 90483296 e 90483298):

1. GUILHERMINA FELIPE DA SILVA, CPF: 001.766.046-77;
2. JOAQUIM CLÁUDIO VIEIRA DE REZENDE;

- Consumidores que efetuaram reclamações junto ao Procon de Campo Belo (Docs. de ID's nº 90483141, 90483142, 90483293, 90483294 e 90483295):

1. DIONIZIO CUSTODIO EVANGELISTA, CPF: 995.226.758-49;
2. JESUS PAULO GARCIA, CPF: 749.204.646-49;
3. LUISA MARIA SOUSA LIMA, CPF: 389.901.646-72;
4. MARIA APARECIDA MOREIRA SMARIO, CPF: 364.204.176-00;
5. VANIA MARIA DE OLIVEIRA, CPF: 515.860.616-15;

B) Seja o Banco Réu intimado a apresentar as gravações telefônicas nas quais houve a solicitação do “saque”, relativas às reclamações registradas pelos consumidores nos Procon's Juiz de Fora, BH, Cataguases, Carandaí e Campo Belo, nos casos em que a contratação tenha se dado por esse meio, a fim de que sejam verificadas a idoneidade da operação e a existência de informação suficiente;

C) Seja a parte Ré intimada para informar quantas operações de “TELE SAQUE” foram realizadas desde outubro de 2015 até a presente data, a fim de que se mensure a abrangência da prática objeto da demanda, bem como a extensão da possível lesão coletiva;

E) Requer, também, a intimação da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON para que forneça, em prazo a ser definido por esse juízo, os dados pessoais dos consumidores que registraram reclamações na plataforma virtual “Consumidor.gov” (Doc. de ID nº 90483139), a fim de que seja possível a localização de seus contratos pela Instituição Financeira Ré, para que seja analisada a regularidade das operações celebradas, tendo em vista tratar-se de informações de caráter confidencial, as quais só podem ser cedidas mediante determinação judicial;

G) Por fim, pugna para que a presente petição, bem como os documentos de ID nº 87489287, 87489289, 87489493, 87489494, 87489496, 87489498, 87489500, 87489503, 87489505, 87489508, 87489275, 90483300, 90483301, 90483302, 90483304, 90483305, 90483306, 90483307, 90483309, 90483310, 90483311, 90483312, 90483313, 90483323, 90483314, 90483315, 90483296, 90483298, 90483141, 90483142, 90483293, 90483294 e 90483295, sejam mantidos em sigilo de justiça, tendo seu conteúdo restrito às partes da ação, haja vista a presença de dados pessoais de consumidores que registraram reclamações junto aos Procon's Juiz de Fora, BH, Cataguases, Carandaí e Campo Belo, em respeito ao estabelecido na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei. nº 13.709/18.

#### 6.1- Juntada de Novas Provas: ofício do MPES - ID: 5348853000

A Associação Autora requereu a juntada de ofício oriundo da 35ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES (ID: 5348853001), através do qual se é noticiado um alto índice de reincidência de empréstimos contestados por consumidores contra o Banco BMG.

O documento anexo ao ofício refere-se a uma sentença individual proferida pelo Juízo de Serra (e ID: 534885300), na qual restou comprovado que o Banco BMG teria formalizado um contrato de empréstimo consignado no valor de R\$ 2.229,53 (dois mil duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos), sem a efetiva contratação por parte da Sra. **Ana Carolina Macedo 3Laurindo**, autora da referida Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Danos Morais

Determinou a comunicação dos fatos ao MPES, para providências na esfera criminal:

“Por fim, considerando o grande número de ações versando sobre a mesma prática ilícita perpetrada pelos prepostos da requerida e outras instituições financeiras, oficie-se o Ministério Público acerca da eventual prática de crime de ação penal pública incondicionada.”

A Autora salientou que, caso houvesse decisão liminar em vigor, possivelmente a referida consumidora não teria enfrentado tal situação.

Assim, justificou que a juntada do referido documento fornecerá subsídios para valoração da conduta perpetrada pela instituição financeira ré, ***que ao ver deste Parquet poderá, juntamente com as demais provas carregadas aos autos, sustentar o convencimento motivado do Magistrado para revisão da decisão de indeferimento da tutela de urgência.***

**6.2- Fatos Novos e Requerimento de Reapreciação do Pedido de Antecipação de Tutela - ID: 9576038781**

Aos 12/08/2022, a Associação Autora trouxe aos autos novos apontamentos sobre algumas penalidades relacionadas aos flagrantes abusos cometidos pelo Réu na contratação de crédito consignado, quais sejam:

- (i) A suspensão de mais de 180 operadoras de telemarketing (DOC. 05), com o objetivo de cessar ofertas de produtos ou serviços sem autorização dos consumidores, dentre eles os do Banco Réu;*
- (ii) A condenação ao pagamento de uma multa no importe de R\$5,1 milhões, nos autos do processo administrativo nº 08012.001478/2019-48, pelo uso indevido de dados pessoais de consumidores idosos e oferecimento de empréstimos consignados de maneira abusiva (DOC. 03), que está diretamente relacionada ao objeto da presente ação. Foi constatado nos referidos autos que o Réu pratica a oferta abusiva de empréstimo consignado, por telefone, em proveito da fraqueza do consumidor;*

Salientou que a vedação regulamentada pelo INSS acerca da proibição de formalização do saque por telefone, nos termos do artigo 16, §5º, da Instrução Normativa nº 134/2022, in verbis:

"Art. 16. Nas operações tratadas neste Capítulo, observado no que couber o disposto no art. 58, serão considerados:

§ 5º O limite disponível para saque é de até 70% (setenta por cento) do limite do cartão, **vedada a formalização do contrato por telefone.**" (NR)

Bem destacou que a prática de comercialização de crédito consignado via telefone é vedada desde 2006, quando do ajuizamento da Ação Coletiva nº 2553508-45.2006.8.13.0024, na qual o Banco Réu foi condenado na obrigação de não fazer, consistente na abstenção da contratação por telefone.

Não obstante, o Réu continua a realizar a oferta de crédito consignado via telefone, e pior, finalizando a contratação do endividamento sem a anuência dos consumidores.

Assim diante do crescente agravamento da situação, as quais são confirmadas pelas próprias penalidades administrativas aplicadas pela SENACON, a **Autora, fundamentada no artigo 300 do CPC, pugna pela reapreciação do pedido de antecipação da tutela de urgência** realizado na exordial.

## **6.2- Reclamações Acostadas aos Autos do Processo Administrativo nº 0024.19.015747-9 do Procon-MG**

O objeto da presente Ação Coletiva também foi enfrentado no âmbito do Procon-MG, órgão inserido na estrutura deste Ministério Público Estadual de Minas Gerais, mediante a prolação de Decisão Administrativa Condenatória nos autos do **Processo Administrativo nº 0024.19.015747-9**, em razão das seguintes práticas infrativas apuradas em face do Banco BMG:

1. O fornecedor credita montante em dinheiro na conta bancária do consumidor, sem a devida anuência;
2. O fornecedor se beneficia da margem consignável do consumidor, mediante a outorga de crédito e cartão de crédito consignados, sem a devida autorização do consumidor;
3. O fornecedor omite informações concretas a respeito do valor creditado na conta do consumidor, bem como informações sobre os riscos da má utilização do serviço, induzindo-o a acreditar que o pagamento do valor mínimo da fatura basta para a liquidação do montante depositado;
4. O fornecedor realiza a contratação de saques via ligação telefônica, sem especificar o percentual de juros e os riscos relacionados a operação de crédito;
5. O fornecedor impõe, na contratação do cartão de crédito consignado, o saque do montante em dinheiro correspondente à quantia total da margem consignável para referido produto. (destaques nossos)

Conforme consignado na decisão administrativa condenatória, exarada aos 21/09/2021, foram acostadas às fls. fls. 29/155 do referido procedimento centenas de reclamações catalogadas na plataforma do ReclameAqui, relativas à concessão de empréstimos não solicitados por aposentados e pensionistas do INSS; no mesmo sentido, consta que foram acostadas às fls. 156/206 reclamações reportadas por diversos Procons Municipais; bem como cópia de sentença proferida pelo Juízo da Comarca de Araxá, na qual foi declarada inexistente o contrato de empréstimo consignado com a decretação de que o valor depositado na conta da parte autora seria considerado “amostra grátis”, conforme cópia acosta à fls. 209/216 do processo administrativo.

Foram ainda noticiadas aos autos do Processo Administrativo nº 0024.19.015747-9 as seguintes provas contra o Banco Réu:

- Ata Notarial registrada com a degravação ação da ligação ocorrida entre um funcionário do Banco BMG e a consumidora Maria do Carmo Rodrigues, na qual é possível constatar que o Representado oferecera ao consumidor um contrato de cartão de crédito, condicionado à contratação de empréstimo consignado – fls. 227/236;
- Reclamações registradas no Procon de Sacramento/MG - fls. 292/306.
- Documentos enviados pelo Ministério Público Federal, contendo reclamações registradas

contra o BMG, em razão das práticas apuradas no presente feito, encontram-se - fls. 311/332;

- cópia de Decisões proferidas pela Turma Recursal do Estado da Bahia e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, condenando o Banco BMG pela prática do famigerado TELESQUE - fls. 335-v/340-v;
- Acórdão proferido pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em desfavor do BMG, no qual restou reconhecido erro substancial por parte do consumidor, em relação à declaração de vontade emanada quando da contratação do Cartão Consignado - fls. 351/369-v;
- Gravações de conversas entre consumidores e prepostos do Banco BMG, durante abordagens telefônicas destinadas à oferta de crédito consignado, as quais foram extraídas dos autos da Ação Civil Pública n.º 5154588-04.2019.8.13.0024 para demonstrar o *modus operandi* do Representado - a mídia acostada à fl. 568;
- Cópia de documentos referentes às Investigações Preliminares n.º 0024.21.005494-6, n.º 0024.21.006041-4 e n.º 0024.21.006080-2, juntadas aos autos - fls. 603/626-v;
- ofício da SENACON ao qual se anexou pesquisa realizada na plataforma Consumidor.gov entre os anos de 2015 e 2020, com 14.915 reclamações registradas em face do Banco BMG relativo ao assunto “crédito consignado” - acostado à fl. 571;

Igualmente, foram trasladados aos autos do Processo Administrativo nº 0024.19.015747-9 quase 300 (trezentos) boletins de ocorrência em desfavor do Banco BMG. Foram transcritos na decisão administrativas a seguinte amostragem:

**BO n.º M4032-2017-0000148**

Compareceu nesta Unidade Policial, a solicitante Tereza Ferreira Nunes, relatando que nesta data, ao ir até o Banco do Bradesco realizar saque da sua aposentadoria, fora informada pelos funcionários do Banco, que **havia em sua conta corrente dinheiro disponível para saque muito além do valor do benefício previdenciário. Foram disponibilizados pelos Bancos BMG S/A, Itaú BMG Consignado, CCB Brasil S/A Cred e Banco Panamericano, diversos valores a título de empréstimo consignado.** Ocorre que a **solicitante alega que jamais solicitou tais empréstimos e não assinou nenhum documento ou contrato.** Os valores ainda se encontram disponíveis na conta corrente da solicitante, sendo descontadas as parcelas em sua conta, conforme extrato bancário apresentado por ela. Registro para demais providências (SIC; destacou-se)

**BO n.º 2017-003089204-001**

**A vítima relata que foi descontado indevidamente em sua conta do Banco Mercantil, 4 empréstimos (Banco BMG, PAN Americanos e Banco 955).**

Além dos empréstimos verificou que abriram uma conta em seu nome, sem a sua autorização, na qual são realizadas movimentações de valores altos, na Caixa Econômica Federal (agência 3797, Bairro Ressaca, Contagem, Conta 15386- 3).

A vítima esclarece que possui somente um benefício que é pago pelo Banco Mercantil (Agência Savassi, Av. Cristóvão Colombo) e possui uma conta na Caixa (na Agência Minas Tênis na Rua Antônio de Albuquerque).

Sem mais informações registra-se para os devidos fins. (SIC; destacou-se)



**BO n.º 2017-003349424-001**

Veio a esta Delegacia, a vítima qualificada e relatou que, foi ao Banco do Brasil para receber sua aposentadoria no dia 01/02/2017, e ao chegar no Banco, ele foi informado pelo atendente, de que tinha o valor de R\$ 616,00 reais para receber. Então a vítima perguntou porque ele só tinha esse valor para receber, sendo que o valor da sua aposentadoria é de R\$ 2.032,57. **Então a vítima foi informada pelo atendente do banco que ele tinha vários empréstimos descontando no seu benefício pelo Banco BMG.** Logo em seguida a vítima relata que procurou o Banco BMG em Itajubá, e este banco se negou a dar informações a respeito dos fatos. A vítima ainda informou ao Banco que não tinha feito nenhum empréstimo consignado e que, supostamente alguém possa ter usado o seu nome para realizar esses empréstimos, mesmo assim o Banco BMG não passou as informações a respeito dos fatos. Registra-se para futuras providências. (SIC; destacou-se)

**BO n.º 2021-004609460-001**

Senhor Delegado a vítima comparece a esta Unidade Policial relatando que foi feito um empréstimo consignado do Banco BMG em sua conta no mês de março/2020 no valor de R\$ 5996,28, que não foi solicitado pela vítima.

No mês de outubro/2020 foi creditado um valor de R\$ 6.200,00 que também não foi solicitado pela vítima, e o contrato que o Banco enviou não possui assinatura do cliente.

A partir de novembro de 2020 está sendo descontado um valor de R\$ 144,93 de um total de 84 parcelas sendo a última em outubro/2027.

O Sr. Altair entrou em contato com o Banco e está em negociação. Registra para devidos fins. (SIC; destacou-se)

**BO n.º 2021-002325625-001**

**Procurou a sede da 9 CIA da Polícia Militar a vítima, Sra. Vianey, a fim de registrar o presente Boletim.**

**Relatou que nos últimos meses surgiram alguns empréstimos consignados depositados em sua conta, e que entrou em contato com os diversos bancos a fim de devolver os valores, entretanto, sem êxito.**

**Os empréstimos estão sendo descontados em folha, que são os seguintes:**

...

**CÓD 12707108 – Banco 318 – BMG – Data inclusão 18/02/2017 - Valor R\$ 52,25. (SIC; destacou-se)**

**BO n.º 2020-058198302-001**

**Se fez presente nesta Unidade Policial, Base 01, Maria Paula da Rocha, retratando que foram efetivados indevidamente na sua conta salário/pensão três empréstimos consignados, a saber: no dia 24/09/2020, Banco Ficsa, R\$ 719,57, em 84 parcelas de R\$ 16,73, desconto primeira parcela no mês 10/2020; dia 27/02/2015, Banco Itaú Consignado S/A, R\$ 669,80, em 72 parcelas de R\$ 19,21 e outro no dia 05/06/2019, Banco BMG, contrato 15095357, R\$ 1.349,00 em parcela de R\$ 52,25. A vítima afirma desconhecer essas operações/transações financeiras, pelo que as protesta. Registra-se (SIC; destacou-se)**

Conforme conclusão da autoridade administrativa do Procon-MG, também representada por este Parquet, as transcrições deixam claro que o Banco BMG age de diversas formas, mas sempre visando se beneficiar com a cobrança de juros advindos das operações de saque do limite do cartão consignado

depositados nas contas bancárias dos consumidores, sem a devida autorização, e, ainda assim quando autorizados, sem o repasse das informações básicas sobre as funcionalidades e encargos do cartão.

Foram também citadas na decisão administrativa do Procon-MG matérias publicadas em sites especializadas, onde o Réu figura como protagonista de diversas reclamações:

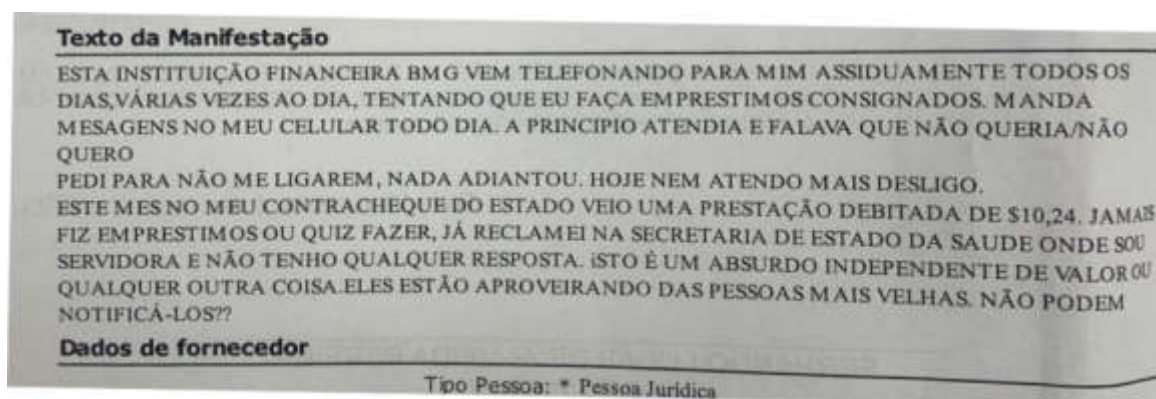
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-10/bancos-pan-bmg-e-inter-lideram-ranking-de-reclamacoes-ao-bc> (DOC. 01);
- <https://www.bcb.gov.br/ranking/index.asp?rel=outbound&frame=1> (DOC. 02)
- <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/03/aposentado-afirma-que-bmg-faz-cobranca-indevida.shtml> (DOC. 03);
- <https://noticias.r7.com/economia/economize/credito-consignado-queixas-de-aposentados-sobem-374-no-procon-18112020> (DOC. 04)

Ressalte-se, todavia, que os autos do Processo Administrativo nº 0024.19.015747-9 encontram-se atualmente na Junta Recursal do Procon-MG, aguardando o julgamento do recurso interposto pelo Banco Réu. Em razão disso, ***compromete-se este Parquet a providenciar a apresentação de cópias das reclamações acima indicadas, tão logo consiga acesso físico aos referidos autos.***

### 6.3- Outras Reclamações Formuladas ao Procon-MG Via Ouvidoria do MPMG

No curso do Processo Administrativo nº 0024.19.015747-9 foram apresentadas outras reclamações na Ouvidoria do MPMG, relativas a irregularidades na concessão de crédito consignado. Serão trazidos aqui alguns exemplos:

- Reclamação apresentada pela Sra. Sara Barroso da Costa Silva (DOC. 05), formulada aos 06/05/2021 - fls. 03/03-v da Investigação Preliminar 0024.21.005494-6:



**Texto da Manifestação**

ESTA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BMG VEM TELEFONANDO PARA MIM ASSIDUAMENTE TODOS OS DIAS, VÁRIAS VEZES AO DIA, TENTANDO QUE EU FAÇA EMPRESTIMOS CONSIGNADOS. MANDA MENSAGENS NO MEU CELULAR TODO DIA. A PRINCÍPIO ATENDIA E FALAVA QUE NÃO QUERIA/NÃO QUERO PEDIR PARA NÃO ME LIGAREM, NADA ADIANTOU. HOJE NEM ATENDO MAIS DESLIGO. ESTE MES NO MEU CONTRACHEQUE DO ESTADO VEIO UMA PRESTAÇÃO DEBITADA DE \$10,24. JAMÁS FIZ EMPRESTIMOS OU QUIZ FAZER, JÁ RECLAMEI NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE ONDE SOU SERVIDORA E NÃO TENHO QUALQUER RESPOSTA. ISTO É UM ABSURDO INDEPENDENTE DE VALOR OU QUALQUER OUTRA COISA. ELES ESTÃO APROVEITANDO DAS PESSOAS MAIS VELHAS. NÃO PODEM NOTIFICÁ-LOS??

**Dados de fornecedor**

Tipo Pessoa: \* Pessoa Jurídica

- Reclamação apresentada pelo Sr. José Iziones da Silva (DOC. 05), formulada aos 17/05/2021 - fls. 12-v da Investigação Preliminar 0024.21.005494-6:

#### Texto da Manifestação

Tive conhecimento, depois da minha neta analisar minha fatura, que tenho sido cobrado de uma taxa de mais de 50 reais há mais de 3 anos de um cartão que nunca solicitei e nunca usei, essa taxa chamada de RMC (reserva de margem consignável) que é feita quando de contratação de empréstimo consignado e é ilegal como minha neta já se informou. Fizemos a ligação ao banco pra pedir o cancelamento desse cartão e o estorno desses valores pagos sem conhecimento desde 2017, que perfaz um valor expressivo, mas ainda não tivemos retorno sobre a restituição dos valores.

#### Dados de fornecedor

- Reclamação apresentada pelo Sr. Reinaldo Ferreira Lage de Carvalho (DOC. 05), formulada aos 18/05/2021 - fls. 40/42-v da Investigação Preliminar 0024.21.005494-6:

#### Texto da Manifestação

Abaixo segue todo o histórico referente a um desconto indevido em meu pagamento, o **BMG CARD** está me descontando 18,54 R\$ sem meu consentimento e não resolvem, nem retiram o desconto.

ligação dia 26/02/2021

Atendente: Renata

Protocolo 191967923

Ligar no dia 05/03/2021 para pedir estorno.

Tel. 4002-7923

Nova ligação - por volta de 15:40 - Tel 08009799099

19/03/2021 - até hoje sem resposta

Protocolo: 197158209

Atendente: Eduarda

Irão devolver via BB

Entrarão em contato em até 05 dias

ligar novamente em 26/03/2021

A cobrança ocorre desde o mês de Dezembro/2020, até a data de hoje(18/05/2021) não me responderam e continuam cobrando. Lembro que o último contato foi no dia 19/03/2021 e disseram que iriam estornar o valor e entrariam em contato

aplicacao.mpmg.mp.br/ouvidoria/service/gestao/manifestacao/imprimir

- Reclamação apresentada pelo Sr. Adalberto Martins Cunha (DOC. 05), formulada aos 21/05/2020 - fls. 130/131 da Investigação Preliminar 0024.21.005494-6:

Venho por meio deste registrar dois fatos sobre o banco BMG, primeiro é a quantidade de ligações que recebo deles, ofertando empréstimos, ligam no caso ofertando empréstimos para minha mãe que é aposentada, já falei que o telefone não é dela, que não queremos empréstimos de jeito nenhum, já informei várias coisas, e continuam ligando insistentemente, já bloqueei uns 1000 telefones deles, já incluí meu número para não receber esse tipo de ligação, mas de nada adianta.

Mas vem acontecimento um fato curioso, em ALGUMAS ligações que atendi, não informam que é do banco BMG, mas sim que estão ligando do INSS, vem com uma história que o aposentado tem um reembolso disponível de R\$ 1.500,00, e que estão entrando em contato para solicitar autorização para crédito deste reembolso, aí você pensa, uau, vou pegar R\$ 1.500,00, que bom né? Só que não, quando você aceita receber o reembolso, a primeira atendente lhe passa para uma segunda atendente, que já se identifica como consultora do BMG, e lhe pergunta se as questões anteriores passadas pela primeira consultora ficaram claras, e se estávamos de acordo em liberação do valor de R\$ 1.500,00, mediante o pagamento mensal de R\$ 58,00, ou seja nenhum reembolso aqui, trata-se de um GOLPE, aplicado por uma empresa desse tamanho para enganar os aposentados, lamentável a postura dessa empresa, tem horas que dá vergonha de falar que sou brasileiro.

Gostaria muito que essa denúncia fosse apurada, além do fato que não aguento mais receber ligações deles.

Atenciosamente,

Adalberto Martins Cunha.

Insta salientar que a **Investigação Preliminar nº 0024.21.005494-6** fora instaurada a partir da reclamação formalizada pela Sra. Sara Barroso da Costa Silva, ao qual foram posteriormente juntadas as reclamações dos consumidores José Iziones da Silva (IP nº 0024.21.006041-4 - fls. 11/38), Reinaldo Ferreira Lage de Carvalho (IP nº 00024.21.006080-2 – fls. 39/50) e Adalberto Martins Cunha (NF nº 0024.20.007186-8 - fls. 129/136).

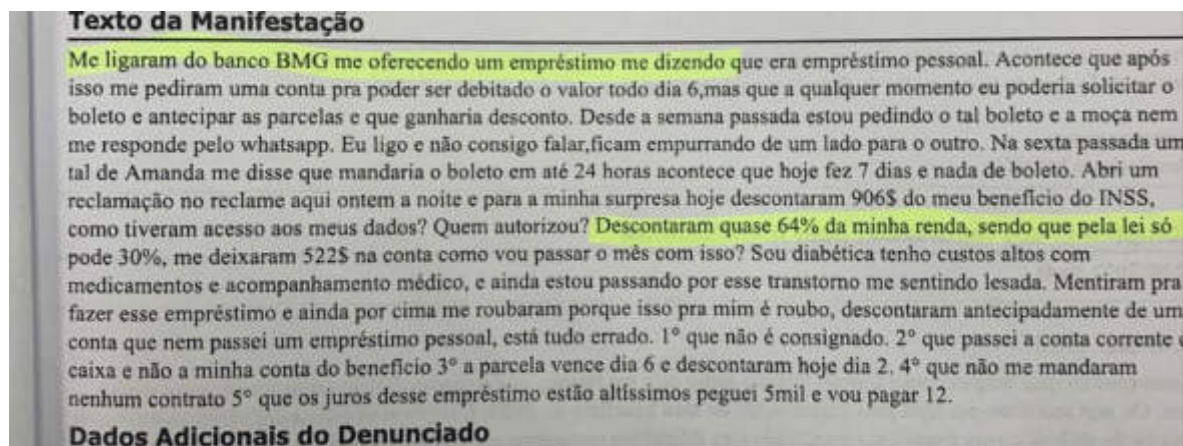
O Banco BMG apresentou cópia dos contratos atribuídos à sra. **S.B.C.S** (fls. 52/56 - DOC. 05), ao **Sr. J.I.S** (fls. 58/59, 66/69, 81/124 - DOC. 05), ao **Sr. R.F.L.C** (fl. 162 – DOC. 05). Deixou de apresentar qualquer comprovação da contratação atribuída ao Adalberto Martins Cunha.

Instados a se declararem sobre os documentos juntados aos autos, a Sra. Sara Barroso da Costa Silva afirmou jamais ter solicitado empréstimo consignado ao Banco BMG; que apesar de ter recebido várias propostas de empréstimos por e cartão consignado do Réu por telefone, todas foram recusadas (fls. 64 e 158, juntadas ao DOC. 05).

No mesmo sentido, a procuradora do Sr. José Iziones da Silva negou a contratação da referida cédula de crédito bancário atribuída ao idoso (fls. 72/79, untadas ao DOC. 05)

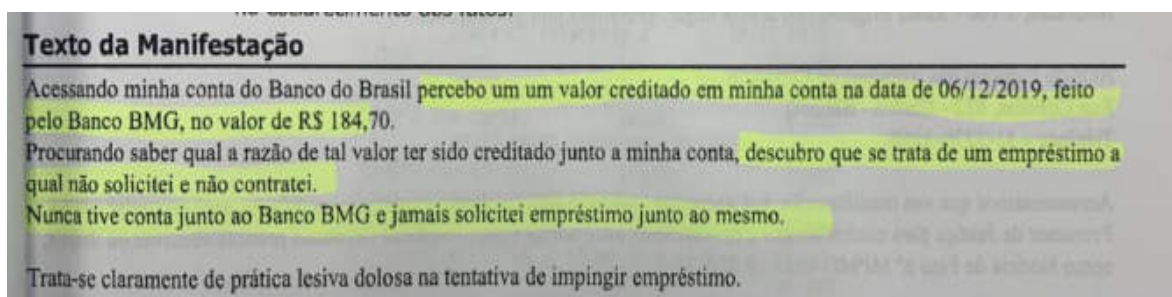
- Reclamação apresentada pelo Sra. Celma Ferreira Gonçalves (DOC. 06), formulada aos 02/09/2022 - Investigação Preliminar 0024.22.014850-6 (instaurada após a prolação da decisão administrativa):





Conforme extrato juntados pela consumidora, o Réu realizou um saque de R\$2.273,60 (dois mil duzentos e setenta e três reais e sessenta centavos) na conta corrente da consumidora, mediante RMC vinculado ao cartão consignado não autorizado (DOC. 06).

- Reclamação apresentada pelo Sra. Efigênia das Dores Faustino, formulada aos 10/12/2019 - Investigação Preliminar 0024.19.020338-0 (DOC. 07):



Instado a prestar esclarecimentos, o Banco BMG afirmou o seguinte: que a consumidora possui os contratos de cartões de crédito BMG CARD nº 5163.XXX.XXXX.1119 e BMG CARD nº 5313.XXXX.XXXX.1023; que não há necessidade de o cliente ter o cartão (plástico) e/ou senha para a retirada de saque; que o valor é liberado diretamente na conta de titularidade do cliente; que os cartões foram devolvidos via Correios, por não ter ocorrido a recepção pela consumidora.

Alegou que a formalização dos cartões e saques foram celebrados conforme cópias contratuais e gravações anexas (fls. 10/40). Insta, todavia, salientar que a Instrução Normativa INSS nº 28 veda a gravação de voz como meio de prova.

Constam das Cédulas de Crédito Bancário atribuídas à consumidora a identificação do correspondente Cred10 Promotora de Vendas Eireli (fl. 44).

- Reclamação apresentada pelo Sra. Alda Coelho Guimaraes, formulada aos 13/05/2021 - Investigação Preliminar 0024.21.005886-3 (DOC. 08):



**Texto da Manifestação**

Solicito ao MPMG-PROCON, que resolva minha situação financeira angustiante que o BANCO BMG mim impôs sem a minha autorização, ou seja, desde 2015, precisamente JULHO-2015, o BANCO BMG sem minha autorização vem descontando em meu contracheque via consignação um valor mensal que tem a seguinte discriminação - "BC. BMG-CART. CREDITO". Denuncio que isso começou a acontecer quando recebi uma ligação do BANCO BMG mim oferecendo um cartão de Crédito Consignado, que eu RECUSEI e falei que não queria, mesmo assim o BANCO BMG cobra todo mês via CONSIGNAÇÃO em meu Contracheque valor relativo a discriminação - "BC. BMG-CART. CREDITO", sendo que, nunca usei o Cartão de Crédito do Banco BMG e estou pagando por uma fatura de cartão que nunca usei e não fiz nenhuma compra via cartão de crédito Banco BMG, isso no meu leigo entendimento caracteriza extrema má-fé, é uma prática fraudulenta, pois como sou cobrada mensalmente pelo "BANCO BMG por um CARTÃO DE CRÉDITO" que nunca usei ou sequer desbloqueie e pior ainda, quando recebi a ligação falei que não queria e recusei e mesmo assim estou sendo penalizada com uma cobrança indevida e fraudulenta. Já fiz várias reclamações dizendo para suspender essa cobrança e o banco sempre diz que vai resolver e não resolve, sendo que, a última reclamação foi em 18-01-2021, protocolo número 182408409, via fale conosco e pedir uma resposta via e-mail e não recebi até a data de hoje. Sou aposentada-idosa, tenho 73 anos e completo 74 anos dia 09 de junho de 2021, estou doente com problema de coração-arritmia cardíaca, tireoide e gastrite, no contracheque do pagamento de Abril-2021 recebi de aposentadoria do Estado de Minas Gerais o valor de R\$ 1.900,58 líquido e o desconto consignado do "BANCO BMG por um CARTÃO DE CRÉDITO" é de R\$ 142,19, sendo que, se não fosse esse desconto de má-fé e fraudulento do cartão de crédito que nunca autorizei estaria recebendo líquido por mês o valor de R\$ 2.042,77, esse valor que o BANCO BMG está tirando do meu salário ilegalmente a muitos anos, faz falta pois tenho de comprar todo mês meus medicamentos, pagar água, luz, telefone e sempre o salário não dá. Solicito ao MPMG-PROCON, que pelo amor de Deus, mim ajude a resolver esse desconto ilegal que o BMG promove em meu salário desde de JULHO de 2015 e eu nunca conseguir resolver esse problema, como também, que o BANCO BMG mim devolva

cao.mpmg.mp.br/ouvidoria/service/gestao/manifestacao/imprimir

Através da leitura atenta de cada reclamação ora noticiada, bem como das demais já reportadas aos autos, conclui-se a ocorrência de clara violação ao disposto no art. 6º da Lei 10.820/20032, no o art. 3º, III da instrução normativa INSS nº 39 que dispõe expressamente que a autorização da margem consignada deve se dar de FORMA EXPRESSA, POR ESCRITO OU POR MEIO ELETRÔNICO, NÃO SENDO ACEITA A AUTORIZAÇÃO DADA POR TELEFONE, não sendo assim admitida a gravação da voz como meio de prova de eventual contratação.

Ademais, os relatos apresentados materializam ofensa ao entendimento exarado, monocraticamente, pela Ministra Maria Isabel Gallotti, aos 18/05/2020, no julgamento do **REsp nº 1.821.765 – MG**, segundo o qual restou fixado que a mera oferta do cartão de crédito consignado por telefone configura contratação proibida.

**7- Conclusão**

Prestados as devidas considerações sobre o assunto, **passa o Ministério Público a se manifestar pelo(a):**

**7.1)** Rejeição das preliminares arguidas pelo Réu, verificando que se encontram presentes as condições para o regular desenvolvimento do processo;

**7.2-** Decretação da inversão do ônus da prova previsto no art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor;

**7.3-** Saneamento do feito e publicação do edital previsto no art. 94 da Lei 8.078/90 no órgão oficial, a fim de se evitar eventual alegação de nulidade processual e oportunizar a intervenção dos interessados no feito;

**7.4-** Deferimento de todas as provas indicadas pelas Autoras à peça de ID: 373453396, especialmente pela apresentação de cópia das “Planilhas de Propostas Simplificadas” e das “Cédulas de Crédito Bancário” relativos aos empréstimos consignados atribuídos a todos os consumidores noticiados no curso da presente ação;

**7.5-** Reapreciação do pedido de antecipação da tutela de urgência realizado na exordial, com base no artigo 300 do CPC e nas novas provas e situações trazidas aos autos (todas especificadas no presente parecer);

**7.6-** Preservação do sigilo dos dados e documentos pessoais de consumidores noticiados aos autos;

**7.7** Abertura de nova vista ao MPMG, após a formulação de alegações finais pelas partes, para apresentação eventual complementação do presente Parecer de Mérito no prazo legal de 30 dias úteis.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2022.

Glauber S. Tatagiba do Carmo  
Promotor de Justiça



## **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / 29ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5154588-04.2019.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

ASSUNTO: [Empréstimo consignado, Cartão de Crédito]

AUTOR: INSTITUTO DEFESA COLETIVA e outros

RÉU/RÉ: BANCO BMG S/A

### **DECISÃO**

Processo nº 5154588-04.2019.8.13.0024

Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Instituto de Defesa Coletiva e pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em face do Banco BMG S/A, na qual os autores alegam que os aposentados e pensionistas do INSS vêm sofrendo descontos em seus benefícios previdenciários, decorrentes de operações de tele-saques em favor do réu, sem que tenham tido acesso às informações necessárias à manifestação de uma escolha consciente e consentida. Nesta ação buscam a declaração de ilegalidade dessa prática comercial adotada pelo réu.

Esta ação foi distribuída inicialmente para o juízo da 6ª Vara Cível, mas este, na decisão de Id 1019914881, entendeu que estava caracterizada conexão entre esta e a Ação Civil Pública nº 2808395-48.2013.8.13.0024, que tramita nesta 29ª Vara Cível.

Inconformado com essa decisão, o Banco BMG S/A interpôs o Agravo de Instrumento nº 1.0000.19.151391-0/007, ao qual foi dado provimento para afastar a existência de conexão entre esta e aquela demanda, consoante se extrai do acórdão de Id 9481983013. Cumpre observar que a decisão proferida nesse recurso transitou em julgado, conforme pode se extrair da certidão de Id 9481983012.

Diante disso, chamo a ordem ao feito para, em razão do que restou decidido no Agravo de Instrumento nº 1.0000.19.151391-0/007, que reformou a decisão de Id 1019914881, **declarar a incompetência desta 29ª Vara Cível e determinar que estes autos sejam devolvidos ao juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte/MG.**

Belo Horizonte, 20 de julho de 2023.

José Maurício Cantarino Villela

Juiz de Direito

29ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte

H:\Cantarino\Cantarino PA\despachos\genéricos\conexão - decisão que declinou da competência reformada em agravo - devolve ao juízo de origem - 5154588-04.2019.8.13.0024.doc

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Belo Horizonte / 6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº: 5154588-04.2019.8.13.0024 - LG

CLASSE: [CÍVEL] AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

ASSUNTO: [Empréstimo consignado, Cartão de Crédito]

AUTOR: INSTITUTO DEFESA COLETIVA e outros

RÉU/RÉ: BANCO BMG S/A

Vistos, etc.

Trata-se de **AÇÃO COLETIVA** ajuizada pelo **INSTITUTO DE DEFESA COLETIVA** e pela **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** em face do **BANCO BMG S/A**, todos devidamente qualificados nos autos.

Em resumo, sustenta a parte autora que o banco réu tem adotado prática abusiva consubstanciada em descontos indevidos em benefícios de consumidores, decorrentes da operação denominada “*telesaque*”, além de empréstimos fraudulentos.

Esclarece que a aludida operação consiste em ligação telefônica efetuada pelo réu ao consumidor para lhe oferecer, como se fosse empréstimo comum, o limite disponível para compras no cartão de crédito consignado, com a consequente disponibilização do montante na conta bancária daquele.

Assevera que a oferta é realizada sem a devida explicação ao cliente, que acaba por aceitá-la sem compreensão efetiva da operação e arcando com juros excessivos.

Salienta que, em algumas situações, os consumidores sequer contratam o produto. Mas, mesmo diante da recusa em celebrar o contrato para aquisição do cartão de crédito consignado, o depósito é efetuado pelo requerido.

Destaca que a operação pode ser liquidada em até 72 (setenta e dois) meses, ou seja, 06 (seis) anos, e que, por conta disso, na maior parte das vezes, o valor disponibilizado ao cliente é maior que o benefício por ele percebido.

Argumenta que, considerando o limite legal de desconto de 5% de benefício (margem consignável), é impossível a liquidação do empréstimo na primeira fatura. Aduz que o percentual descontado paga apenas os juros, além de amortizar 1/72 do valor total disponibilizado.

Defende que essa prática impossibilita o pagamento em prazo razoável.

Afirma que a prática é ilegal e abusiva, seja porque não é possível a sua realização por meio telefônico, seja porque sua complexidade impede a efetiva compreensão do consumidor.

Alega que o consumidor não tem direito de escolha e que, portanto, o depósito deve ser considerado como amostra grátis.

Defende que, em razão da conduta abusiva do réu, assume-se que o instrumento contratual não obriga os consumidores, pois não lhes foi dada a oportunidade de tomar conhecimento de informações essenciais para a celebração do pacto.

Pugnou pela produção antecipada de provas, para que o réu fosse compelido à apresentação de contratos de cartão de crédito consignado, assim como a solicitação de “*saque*”, relativamente a todos os consumidores constantes das reclamações registradas perante o Procon-BH e no Procon Juiz de Fora.



Pediu a concessão de tutela provisória de urgência para que o réu se absteresse de creditar qualquer valor sem a anuência do consumidor, seja em conta corrente ou em poupança, bem como de realizar qualquer operação de telesaque.

Pediu, também liminarmente, fosse o réu compelido a efetuar saques apenas presencialmente e em caixa eletrônico.

No mérito, requereu, em relação aos consumidores que tiveram valores creditados sem aquiescência, fossem os respectivos depósitos considerados amostras grátis.

Requereu, também, que, em relação aos consumidores que tenham efetivamente contratado o telesaque, porém sem informações imprescindíveis à compreensão da operação, seja reconhecida a inexigibilidade da dívida, com desconstituição do débito. Neste ponto, pediu, subsidiariamente, que seja reconhecida a existência de erro substancial, com a nulidade do contrato de saque via cartão de crédito e o consequente recálculo do débito como se fosse empréstimo pessoal consignado, observando-se a taxa média de mercado quanto aos juros remuneratórios.

Pleiteou a devolução, aos consumidores, dos valores pagos indevidamente.

Requereu a condenação do réu ao pagamento de indenização de danos morais individuais, à exceção dos consumidores cujo depósito for reputado como amostra grátis.

Pediu a condenação do réu a pagar indenização por dano moral coletivo.

Requereu que, em caso de procedência do pedido, seja determinada ao réu a divulgação ampla da decisão, bem como que comunique seus clientes.

A decisão de ID 88236657 indeferiu o pedido de produção antecipada de provas e de tutela de urgência.

Foram opostos embargos de declaração pela parte autora (ID 90481390), que foram rejeitados pela decisão de ID 90828067.

A requerente interpôs agravo de instrumento em face da decisão que indeferiu os pedidos liminares (ID 92258534).

Foi realizada audiência de conciliação, frustrada a autocomposição (ID 93551048).

O réu apresentou contestação no ID 96927810. Suscitou preliminar de falta de interesse de agir, por inadequação da via eleita, bem como vício na representação processual da parte autora. Ademais, impugna o valor atribuído à causa.

No mérito, aduz que telesaque é uma funcionalidade legítima do cartão de crédito consignado, oferecida após a contratação do cartão e devidamente informada aos clientes. Defende que forneceu informações claras e transparentes sobre o serviço, inclusive destacando os encargos e riscos envolvidos, tanto nos contratos quanto nas ligações telefônicas com os clientes.

Enfatiza que o conjunto de evidências apresentado pelas autoras não sustenta suas alegações de falta de informação. Alega que os requerentes presumem erroneamente a falta de informação com fundamento na hipervulnerabilidade dos consumidores, o que teria caráter preconceituoso.

Argumenta que as requerentes baseiam suas alegações em casos isolados e conjecturas, buscando criar uma narrativa de abuso generalizado, que não teria respaldo. Questiona a documentação juntada aos autos, alegando que foram produzidas unilateralmente.

Afirma que que o contrato é claro sobre o produto ser um cartão de crédito consignado e que eventuais dúvidas são sanadas pelo Termo de Consentimento Esclarecido. Destaca que não há abusividade nas taxas de juros e rejeita a equiparação, ressaltando as diferenças entre as operações. Defende o pedido de nulidade das cláusulas e a equiparação não procede, uma vez que o contrato é transparente e respeita a autonomia das partes contratantes.

Alega que não é aplicável ao caso o art. 39, parágrafo único, do CDC, pois não condiciona a contratação do cartão de crédito consignado ao saque, e que a ligação telefônica não demonstra venda casada. Salaria que eventuais depósitos indevidos não podem ser considerados "*amostra grátis*", uma vez que, de acordo com o Código Civil, qualquer valor indevidamente recebido deve ser restituído.

Assevera que as autoras não demonstraram a ocorrência de práticas abusivas, inexistindo dever de indenizar os aludidos danos morais individuais e à coletividade.

Enfatiza que a fixação de indenizações por danos morais coletivos só é admitida em situações excepcionais e graves, o que não seria a hipótese dos autos.

Além disso, contesta o valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) proposto pelas autoras, argumentando que essa quantia é irrazoável e desproporcional. Também questiona a fixação prévia do valor de R\$ 10.000,00 como indenização por danos morais individuais, destacando que cada caso deve ser analisado de modo autônomo.

Em caso de procedência dos pedidos autorais, discute os limites subjetivos e territoriais de uma possível sentença favorável na ação coletiva. Argumenta que, mesmo que os pedidos das autoras sejam atendidos, essa decisão não abrangeria todos os correntistas do Banco BMG.

Alega que a sentença coletiva deveria ser aplicada apenas aos pensionistas do INSS que utilizam o cartão de crédito consignado e foram supostamente lesados pelo tele-saque, desde que tenham domicílio na comarca de Belo Horizonte/MG.

A parte autora impugnou a contestação (ID 119982930).

Parecer ministerial no ID 203110251.

As partes foram intimadas para a especificação de provas (ID 203935231).

A parte autora peticionou ID 373453396, defendendo a existência de conexão entre a presente demanda e a dos autos de nº 2808395-48.2013.8.13.0024.

Além disso, requereu a produção de prova documental, para que o réu seja intimado a apresentar os contratos de cartão crédito consignado e a solicitação formal do “saque”, referente aos consumidores indicados; gravações telefônicas nas quais houve a solicitação do “saque”, relativas às reclamações registradas pelos consumidores nos Procons Juiz de Fora, BH, Cataguases, Carandaí e Campo Belo; informar quantas operações de tele-saque foram realizadas desde outubro de 2015 até a presente data; que seja oficiado o Instituto Nacional da Previdência Social – INSS, para que informe a data da comunicação da reserva da margem consignada e a data da celebração de todos os contratos de cartão de crédito consignado e serviços dele decorrente e se o réu disponibilizou a cópia dos contratos para a autarquia federal; seja expedido ofício à Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON para que forneça os dados pessoais dos consumidores que registraram reclamações na plataforma virtual “Consumidor.gov”; a juntada do ofício GAB.PROCON nº 1323/2019.

A parte ré, por sua vez, reiterou os argumentos da defesa e defendeu a especificação de provas após o saneamento do feito (ID 431973578).

Decisão de ID 1019914881 reconheceu a existência de conexão e declinou a competência para o Juízo da 29ª Vara Cível desta Capital.

Foram opostos embargos de declaração pelo banco réu (ID 1377289833), que foram rejeitados pela decisão de ID 4206953005.

O requerido interpôs agravo de instrumento em face da decisão supracitada e, posteriormente, foi dado provimento ao recurso para reformar a decisão que reconheceu a conexão da ação de origem nº 5154588-04.2019.8.13.0024 com o cumprimento de sentença nº 2808395-48.2013.8.13.0024 (ID 9481983013).

Foi determinado o retorno dos autos a este juízo (ID 9870189079).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

**Passo a sanear o feito.**

**PRELIMINARMENTE**

**DO INTERESSE PROCESSUAL**

O banco requerido alega que a via eleita é inadequada para perseguir a pretensão das autoras em razão da ausência de direito individual homogêneo.

A tutela jurisdicional dos direitos coletivos *lato sensu* é regida por microssistema legal que integra diversos instrumentos normativos, consubstanciados, dentre outros, pela Lei de Ação Civil Pública (7.347/85), Lei de Ação Popular (4.717/65) e pelo Código de Defesa do Consumidor (8.078/90).

Em se tratando de direitos do consumidor, o art. 81 do CDC chancela sua tutela coletiva, que pode ser buscada por “(...) *todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela*” (art. 83).

A legitimidade ativa das autoras é extraordinária e decorre de substituição processual, sendo

extraída dos arts. 5º da Lei 7.347/85 e 82 do CDC.

A via eleita, por sua vez, mostra-se adequada.

Com efeito, como mencionado, o microssistema processual de tutela coletiva possibilita o ajuizamento de ações deste jaez para a defesa de direitos de natureza coletiva em sentido amplo, dentre os quais se incluem os direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos.

Sobre referidas espécies, o art. 81, parágrafo único, do CDC, assim os diferencia:

*I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;*

*II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;*

*III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.*

Neste ponto é mister destacar, ainda, os esclarecimentos da doutrina:

*“Interesses difusos:*

*(...) São três as suas características fundamentais: a indivisibilidade do objeto; a indeterminabilidade do sujeito; e a ligação deles por um vínculo fático, e não jurídico.*

*(...)*

*Interesses coletivos:*

*(...) O que os caracteriza é que são indivisíveis e envolvem pessoas determinadas ou determináveis, ligadas entre si ou com a parte contrária por meio de uma relação jurídica base.*

*(...)*

*Interesses individuais homogêneos:*

*(...) Caracterizam-se por serem divisíveis, terem por titular pessoas determinadas ou determináveis e uma origem comum, de natureza fática.*

*(...)*

*É possível que se postule em uma mesma ação coletiva a tutela de mais de um tipo de interesse transindividual.*

*Para ilustrar, haverá tutela de interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos se o pedido formulado na ação civil pública abranger, respectivamente, a declaração de nulidade das cláusulas nos contratos celebrados; a condenação do fornecedor a, nos contratos futuros, abster-se de incluí-las; e a sua condenação a restituir àqueles que pagaram multa no valor excessivo”. (In GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Tutela de interesses difusos e coletivos. 13 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 16-21).*

Note-se, portanto, que o caso em análise veicula pedido de proteção a direitos que, embora tenham natureza coletiva em sentido amplo, diferenciam-se na espécie.

De fato, ao pleitear a proteção dos direitos dos consumidores identificados, que já teriam sido, supostamente, lesados pela contratação de telesaques, tem-se a proteção de direitos de natureza individual homogênea.

Por outro lado, o eventual reconhecimento da ilegalidade da prática do réu tem como objeto de proteção direitos coletivos, de todos aqueles que vierem a ser clientes do réu, e, por fim, o direito difuso dos consumidores à observância de seu direito básico à proteção contra práticas abusivas e ao direito à informação.

Diante do exposto, rejeito a preliminar de interesse de agir.

## **DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL**

O banco réu defende que há irregularidade de representação do Instituto Defesa Coletiva na

presente demanda. Argumenta que a associação não apresentou autorização expressa de seus filiados para ajuizar a ação, o que afeta sua legitimidade. Também aponta que a procuração apresentada não segue as regras estatutárias.

Pois bem, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.325.857/RS firmou o entendimento de que a atuação das associações em processos coletivos pode se verificar por meio da ação coletiva ordinária, hipótese de representação processual, com base no permissivo contido no art. 5º, inciso XXI, da CF/1988; ou por intermédio da ação civil pública, agindo a associação nos moldes da substituição processual prevista no Código de Defesa do Consumidor e na Lei da Ação Civil Pública.

Nesse sentido:

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL COLETIVO. LEGITIMIDADE ATIVA DAS ASSOCIAÇÕES. ATUAÇÃO COMO REPRESENTANTE E SUBSTITUTA PROCESSUAL. RE n. 573.232/SC. AÇÃO COLETIVA ORDINÁRIA. REPRESENTAÇÃO. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO ESPECÍFICA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO NOMINAL. TARIFA POR LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA. POSSIBILIDADE DA COBRANÇA ATÉ 10/12/2007, COM INFORMAÇÃO EXPRESSA. VERIFICAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO.*

*1. No processo civil, em regra, a parte legítima para a propositura da ação é o titular do direito material, objeto da lide.*

*Excepcionalmente, o ordenamento jurídico confere legitimidade a sujeito diferente (legitimação extraordinária), que defenderá em nome próprio interesse de outrem, na forma de substituição ou representação processual.*

*2. Há substituição processual quando alguém é legitimado a pleitear em juízo, em nome próprio, defendendo interesse alheio, de que o seu seja dependente. Não se confunde, pois, a substituição processual com a representação, uma vez que nesta o representante age em nome do representado e na substituição, ainda que defenda interesse alheio, não tem sua conduta vinculada, necessariamente, ao titular do interesse, ele atua no processo com independência.*

**3. A atuação das associações em processos coletivos pode ser de duas maneiras: na ação coletiva ordinária, como representante processual, com base no art. 5º, XXI, da CF/1988; e na ação civil pública, como substituta processual, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da Lei da Ação Civil Pública. Como representante, o ente atua em nome e no interesse dos associados, de modo que há necessidade de apresentar autorização prévia para essa atuação, ficando os efeitos da sentença circunscritos aos representados. Na substituição processual, há defesa dos interesses comuns do grupo de substituídos, não havendo, portanto, necessidade de autorização expressa e pontual dos seus membros para a sua atuação em juízo.**

*4. No caso dos autos, a associação ajuizou ação civil pública para defesa dos consumidores em face da instituição bancária, sendo o objeto de tutela direito individual homogêneo, que decorre de origem comum (art. 81, parágrafo único, III, do CDC), com titular identificável e objeto divisível.*

*5. O STF, no julgamento do RE n. 573.232/SC, fixou a tese segundo a qual é necessária a apresentação de ata de assembleia específica, com autorização dos associados para o ajuizamento da ação, ou autorização individual para esse fim, sempre que a associação, em prol dos interesses de seus associados, atuar na qualidade de representante processual. Aqui, a atuação das associações se deu na qualidade de representantes, em ação coletiva de rito ordinário.*

*6. Inaplicável à hipótese a tese firmada pelo STF, pois, como dito, a Suprema Corte tratou, naquele julgamento, exclusivamente das ações coletivas ajuizadas, sob o rito ordinário, por associação quando atua como representante processual dos associados, segundo a regra prevista no art. 5º, XXI, da CF, hipótese em que se faz necessária, para a propositura da ação coletiva, a apresentação de procuração específica dos associados, ou concedida pela Assembleia Geral convocada para esse fim, bem como lista nominal dos associados representados.*

**7. Na presente demanda, a atuação da entidade autora deu-se, de forma inequívoca, no campo da substituição processual, sendo desnecessária a apresentação nominal do rol de seus filiados para ajuizamento da ação.**

**8. Nesses termos, tem-se que as associações instituídas na forma do art. 82, IV, do CDC estão legitimadas para propositura de ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos, não necessitando para tanto de autorização dos associados. Por se tratar do regime de substituição processual, a autorização para a defesa do interesse coletivo em sentido amplo é estabelecida na definição dos objetivos institucionais, no próprio ato de criação da associação, não sendo necessária nova autorização ou deliberação assemblear.(...)**(REsp n. 1.325.857/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 30/11/2021, DJe de 1/2/2022.)

Conforme já debatido, a presente demanda aborda a controvérsia relacionada à prática do "telesaque", alegando violação de direitos coletivos dos consumidores. Assim, a demanda busca tutelar direitos que, embora coletivos em sua natureza mais abrangente, são de natureza individual homogênea.

Assim, nos aludidos termos, fica dispensada a autorização do seus associados para a propositura da demanda.

Quanto à alegação de vício da procuração, acerca do tema o Estatuto do Instituto de Defesa

Coletiva dispõe (ID 87489246):

*Art. 35. Compete ao(a) Diretor(a) Executivo(a):*

*I - Isoladamente:*

*a) representar judicialmente e extrajudicialmente (ativa e passivamente) o Instituto de Defesa Coletiva, podendo outorgar procurações.*

Verifica-se que a pessoa indicada como Diretora Executiva no estatuto é a Sra. Elen Prates de Souza, sendo ela também responsável pela assinatura da procuração (ID 87489248).

Inexistindo vício de representação da parte autora, rejeito a preliminar suscitada.

### **DA INCORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA**

Rebela-se o réu quanto ao valor atribuído à causa por entender que é excessivo.

É dever do julgador corrigir, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor (artigo 292, §3º, CPC/2015).

*In casu*, a parte requerente objetiva receber uma indenização de 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) pelos supostos danos morais coletivos.

O valor postulado pela parte a título de indenização por danos morais é meramente estimativo, cabendo ao juízo fixar a dita indenização ao seu livre arbítrio e convencimento, atento aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Por conseguinte, as autoras podem requerer a quantia que entende justa, cabendo ao magistrado fixar o montante adequado aos prejuízos efetivamente sofridos.

Portanto, considerando que o proveito econômico pleiteado corresponde ao valor da causa, a preliminar suscitada deve ser rejeitada.

Inexistindo outras questões processuais pendentes de análise e verificada a presença dos pressupostos processuais, **declaro saneado o feito**, passando à sua organização, de modo articulado (art. 357 do CPC):

1 - Fixo os seguintes fatos controvertidos (357, II, do CPC/2015): prática abusiva de descontos indevidos em benefícios de consumidores através da operação "*telesaque*" e empréstimos fraudulentos; realização de operação de "*telesaque*" sem a devida anuência e compreensão do cliente; possibilidade de realização da operação por meio telefônico; possibilidade do depósito ser considerado "*amostra grátis*"; inexigibilidade da dívida; aplicação da taxa de juros referentes a empréstimo consignado; danos morais individuais; danos morais coletivos; limitação dos efeitos de eventual sentença.

2 - Quanto ao ônus probatório, como já mencionado, a presente ação tem a finalidade de proteção de direitos de consumidores supostamente lesados por práticas do réu.

O art. 6º, VIII, do CDC, prevê ser direito do consumidor a facilitação da defesa de seus interesses, inclusive por meio da inversão do ônus da prova, quando verossímil a alegação ou quando houver hipossuficiência.

É cediço que o conceito de hipossuficiência deve ser analisado por ótica que ultrapassa a questão financeira, abrangendo também a perspectiva probatória.

E, no caso, considerando que a ação versa sobre contratos firmados com o réu, é certo que ele tem maiores condições de produzir provas, inclusive para que, por meio de, por exemplo, análise de tais contratos, seja aferida eventual legalidade do *telesaque*.

A possibilidade de inversão do ônus da prova em ação coletiva de consumo é reconhecida na jurisprudência do Eg. TJMG:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INVERSÃO DO ONUS DA PROVA EM PROL DOS CONSUMIDORES SUBSTITUIDOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - POSSIBILIDADE. Imperiosa a inversão do ônus da prova, nos termos do art.6º CDC, visto que verificada a hipossuficiência de todos aqueles substituídos judicialmente pelo Ministério Público. Na ação consumerista deflagrada pelo Ministério Público, não se indaga de hipossuficiência do demandante para a inversão do ônus da prova, pois a presença do Parquet como substituto processual da coletividade assim o justifica. Precedentes STJ (AgInt no AREsp 222.660/MS). (Agravado de Instrumento-Cv 1.0133.16.005557-9/001, Relator(a): Des.(a) Marcos Henrique*



Diante disso, entendo que a inversão do ônus da prova, no caso, é medida de rigor.

Em consequência e a fim de se evitar futura alegação de nulidade, intimem-se as partes para que, diante do teor da presente decisão, indiquem se têm outras provas a produzir, justificando-as, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.

P.I

Belo Horizonte, data da assinatura digital.

**Pedro Cândido Fiúza Neto**

**Juiz de Direito**

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

Processo nº: 5154588-04.2019.8.13.0024

**INSTITUTO DEFESA COLETIVA**, já qualificado nos autos da ação civil coletiva em epígrafe, movida em face de **BANCO BMG S/A**, vem, respeitosamente, por suas procuradoras *in fine* assinadas, à presença de V. Exa., em atenção à decisão de Id. 9889300706, manifestar e requerer o que se segue.

Inicialmente, a parte autora pugna pela juntada de áudios recentemente encaminhados pela instituição financeira, ao ser questionada acerca da contratação de créditos consignados por consumidores atendidos pelo Instituto Defesa Coletiva.

Os áudios ora colacionados são lamentáveis e, novamente, evidenciam a prática questionada na presente demanda, demonstrando a má-fé do banco réu em relação aos consumidores, considerando que as conversas são incompreensíveis e confusas, ficando claro que a instituição financeira tenta se valer a hipossuficiência dos consumidores para aumentar sua lucratividade, atitude, além de ilegal, totalmente repudiável.

Tal conduta, sem dúvidas, além de contrariar o previsto no artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, é vedada pela Instrução Normativa PRES/INSS N° 138/2022, em seu artigo 15, inciso IX, que, inclusive, pode culminar na aplicação de penalidades administrativas, como, por exemplo, o cancelamento entre a instituição financeira e a autarquia.

Assim, a entidade autora entende que, após a juntada dessas novas evidências, as provas documentais relativas ao caso em questão já foram devidamente produzidas, persistindo, apenas, a discussão da matéria atinente às questões jurídicas, inexistindo necessidade de nova dilação probatória.

Nesse íterim, considerando não possuir interesse na produção de novas provas, além das já carreadas nos autos, requer, assim, o julgamento antecipado da lide, nos moldes do que preceitua o artigo 355, I do Código de Processo Civil.

Nestes termos.  
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2023.

LILLIAN JORGE SALGADO  
OAB/MG 84.841

LANAY MONTEIRO DE CASTRO MAIA  
OAB/MG 193.135

GIOVANNA NOVAIS TORRES  
ESTAGIÁRIA ACADÊMICA

**EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG.**

**Processo nº 5154588-04.2019.8.13.0024**

**BANCO BMG S.A.**, já devidamente qualificado nos autos da Ação Civil Pública Cível em epígrafe, ajuizada pelo *INSTITUTO DEFESA COLETIVA* (“IDC”) e pela *DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS* (“DPMG”), igualmente qualificados, vem respeitosa e tempestivamente<sup>1</sup> perante V. Excelência, por seus procuradores ao final assinados, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** em face da r. decisão de ID nº 9889300706, com fulcro nos arts. 357, § 1º e 1.022, II e III do CPC/15 e pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Tratam os autos de “*Ação Coletiva de Consumo*” ajuizada pelo IDC e pela DPMG em face do ora peticionante, na qual sustentam que a funcionalidade do cartão de crédito consignado, denominada na exordial como “Telessaque”, seria ilegal e traria prejuízos aos consumidores.

Com base em suposta ilegalidade, os autores requereram, em síntese, a concessão de medida liminar e, no mérito, pleitearam: (i) a declaração de nulidade das operações; (ii) a realização de novo cálculo considerando as taxas de juros de empréstimo consignado e (iii) a condenação do Banco BMG ao pagamento de indenização por danos morais individuais e coletivos (cf. ID nº 87488588).

---

<sup>1</sup>Em 21/08/2023, segunda-feira, foi expedida a comunicação eletrônica às partes sobre a decisão de ID nº 9889300706, a qual foi lida automaticamente pelo sistema em 31/08/2023, quinta-feira, **considerada a data da efetiva intimação** (cf. art. 4º, §3º, Lei nº 11.419/2006). Assim, o prazo de 5 dias úteis para oposição de embargos de declaração (cf. arts. 219 c/c 1.023 do CPC/15) começou a correr em 01/09/2023 e, considerando-se a suspensão do expediente forense nos dias 07 e 08/09/2023 em razão de feriado (Independência do Brasil e recesso do judiciário, cf. Resolução nº 458/2004 e Portaria Conjunta nº 1.434/PR/2023, ambas do Eg. TJMG – docs. 01 e 02, anexos), **se encerra apenas em 11/09/2023, segunda-feira, data do efetivo protocolo.** Tempestivos, portanto, estes embargos de declaração.

A antecipação de tutela foi indeferida pelo MM. juízo da 6ª Vara Cível desta capital (cf. doc. ID nº 88236657) e a decisão foi confirmada, no mérito, pela 11ª Câmara Cível do Eg. TJMG<sup>2</sup>, tendo em vista a ausência de demonstração de verossimilhança das alegações autorais e do perigo de dano.

O Banco réu apresentou contestação, em que restabeleceu a verdade dos fatos e demonstrou a diferença entre os conceitos de “*empréstimo consignado*”, “*cartão de crédito consignado*” e “*saque*”. Ressaltou que a realização do saque tal qual mencionado na inicial é uma funcionalidade do cartão de crédito consignado válida e regulada.<sup>3</sup> Indicou, ainda, a ausência dos requisitos para inversão do ônus da prova e a improcedência dos pedidos de condenação do Banco BMG (cf. ID nº 96927810).

Apresentada réplica pelos autores (ID nº 119982930) e assentada a competência deste MM. juízo para o processamento da demanda, foi proferida a r. decisão ora embargada, que: (i) rejeitou as preliminares arguidas pelo BMG em sua contestação; (ii) fixou os pontos controvertidos da demanda; (iii) deferiu o pedido de inversão do ônus da prova pleiteado pelos autores; e (iv) intimou as partes para apresentar especificação de provas, no prazo de 10 dias (ID nº 9889300706).

Sem prejuízo da manifestação em resposta à intimação, o réu pede vênias para demonstrar que a r. decisão saneadora incorreu em *erro material* e *omissão*, aptas a ensejar a oposição destes embargos de declaração, nos termos do art. 1.022, II e III do CPC/15. Vejamos.

## **I – DOS VÍCIOS NA R. DECISÃO SANEADORA**

**a) Do erro material quanto aos pontos controvertidos indicados pelo juízo: ação que trata exclusivamente da suposta ilegalidade do “Telessaque” (art. 1.022, III do CPC).**

<sup>2</sup> Agravo de instrumento nº 1513928-43.2019.8.13.0000, interposto pelo próprio IDC distribuído ao Des. Adriano de Mesquita Carneiro (11ª Câmara Cível do Eg. TJMG). O recurso se encontra atualmente no C. STJ, aguardando o julgamento de Agravo em Recurso Especial interposto pelo IDC (AREsp nº 1915385 /MG).

<sup>3</sup> O “Regulamento do cartão de crédito consignado BMG” (doc. 02 da contestação – ID nº 96922573) foi elaborado em plena consonância com a Lei nº Lei 10.820/2003 e as Instruções Normativas INSS nº 28 de 16/05/2008 e 39 de 18/06/2009 e 100 de 28/12/2018. As modalidades de saque previstas no “Regulamento” não dão origem a nova contratação, mas representam um serviço facultativo aos contratantes do cartão de crédito consignado.



De início, a r. decisão, ao narrar o objeto da demanda e fixar os pontos controvertidos, inclui elemento que, *d.v.*, não compõe a causa de pedir inicial, incorrendo, assim, em *erro material*.

O pronunciamento embargado, em atenção ao art. 357 do CPC/15, fixou as seguintes questões como controvertidas:

*Fixo os seguintes fatos controvertidos (357, II, do CPC/2015): **prática abusiva de descontos indevidos em benefícios de consumidores através da operação "telesaque" e empréstimos fraudulentos**; realização de operação de "telesaque" sem a devida anuência e compreensão do cliente; possibilidade de realização da operação por meio telefônico; possibilidade do depósito ser considerado "amostra grátis"; inexigibilidade da dívida; aplicação da taxa de juros referentes a empréstimo consignado; danos morais individuais; danos morais coletivos; limitação dos efeitos de eventual sentença.*

Ocorre que, ao contrário do que consta na r. decisão saneadora, esta demanda não tem como objeto a realização de qualquer análise quanto à legalidade de "empréstimos" realizados pelo Banco BMG. A causa de pedir da Ação Coletiva diz respeito exclusivamente à suposta irregularidade de operações de saques complementares realizadas pelo banco réu (o que é chamado pelos autores de forma equivocada de "Telessaque").

Veja-se, nesse sentido, os trechos da petição inicial que resumem o objeto (causa de pedir e pedido) da demanda (fls. 06 e 15 da inicial, respectivamente):

Eis a razão da presente ação, que visa tutelar os direitos dos consumidores que tiveram descontos indevidos em seus benefícios, decorrentes da operação TELESAQUE, sem o devido consentimento esclarecido do consumidor.

(...)

Portanto, o reconhecimento da invalidade das operações de saque realizadas sem a aquiescência dos consumidores é medida que se impõe, nos termos dos 4º, I, 6º, II, III, IV, 39, I, II, IV, V, VI, VII, § único, 46, 51 e 52 do CDC, e também a instrução normativa 39, artigo 1º, 3º, III, e instrução normativa 100 do INSS, haja vista o direito individual homogêneo de todos os consumidores lesados a terem o seu prejuízo ressarcido, como forma de reparar o dano causado pela Instituição financeira Ré.

Nas manifestações seguintes, é possível observar que a própria autora reconhece que o objeto da controvérsia se limita às operações de saque identificadas na exordial. Veja-se, exemplificativamente:

Trata-se de Ação Civil Pública com pedido de reconhecimento de inexistência de contratação e condenação por danos morais coletivos e individuais, em razão da realização ilícita da operação de "tele saque" vinculada ao cartão de crédito consignado, sem a devida anuência e informação dos consumidores.

(razões do agravo de instrumento de ID nº [92258539](#))

Nesse mesmo sentido, é como já se manifestou o Ilmo. Ministério Público de Minas Gerais:

Intenta-se através da presente Ação Civil Pública a tutela dos direitos dos consumidores constituída em sua grande maioria, no caso versado nos autos, por aposentados/pensionistas do INSS que tiveram descontos indevidos em seus benefícios, decorrentes de operações tele-saque ordenadas pelos sistemas do Banco BMG em contas bancárias de consumidores sem que estes tenham tido devido acesso às informações necessárias ao exercício de uma escolha consciente e consentida.

(parecer de ID nº 203110251)

Primeiramente, busca-se por meio da presente Ação Civil Coletiva o reconhecimento da invalidade das operações de saque - tele saque - realizadas em flagrante afronta ao art. 6º da Lei nº. 10.820/2003 c/c a art. 3º, III da Instrução Normativa 39, do INSS, cujo dispositivo traz a proibição expressa de contratação de autorização para liberação de empréstimo por telefone.

(parecer de ID nº 965079819)

Constata-se, portanto, que a demanda **tem como único objeto a suposta ilegalidade da contratação de saque complementar denominada pelos autores de "Telessaque"**, não havendo qualquer menção na inicial à ilegalidade de empréstimos. É o que já foi reconhecido por V. Ex<sup>a</sup>. em decisão proferida anteriormente nos autos da presente ação:

Trata-se de AÇÃO COLETIVA ajuizada pelo INSTITUTO DE DEFESA COLETIVA e pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS em face do BANCO BMG S/A, partes devidamente qualificadas nos autos.

Em resumo, sustentam os autores que aposentados e pensionistas do INSS vem sofrendo descontos indevidos em seus benefícios. Tais valores decorrem de operações de tele-saques coordenadas pelo banco réu em contas bancárias de consumidores sem que estes tenham tido o devido acesso às informações necessárias ao exercício de uma escolha consciente e consentida. Em consequência, propuseram, pois, a presente ação civil coletiva, a fim de ser declarada tal prática ilegal.

(Decisão interlocutória de ID nº 1019914881)

Assim, também, o Eg. TJMG já se pronunciou quando do julgamento de recurso de agravo:

A seu turno, a presente demanda visa tutelar os direitos dos consumidores que tiveram, em tese, descontos indevidos em seus benefícios decorrentes da operação TELE SAQUE sem o devido consentimento esclarecido do consumidor, de modo que, embora possuam pontos de contato, ou seja, a contratação de serviços por telefone, as demandas são distintas, portanto, de rigor a rejeição da preliminar.

(Acórdão – ID 1377289834)

Apesar disso, a r. decisão saneadora incluiu a expressão “*e empréstimos fraudulentos*” ao final da primeira questão considerada controvertida, o que, renovada vênua, não condiz com o objeto da demanda e explicita a ocorrência de **erro material**.

E esse vício se mostra relevante **por representar uma ampliação da controvérsia realizada pelo juízo após o encerramento da fase postulatória**, o que contraria o disposto no art. 329 do CPC e prejudica até mesmo o direito de defesa do réu, que apresentou contestação considerando a causa de pedir exposta na inicial.

Por essas razões, impõe-se sejam acolhidos estes embargos de declaração, opostos com amparo no art. 1.022, III, do CPC, para que seja sanado o erro material e, consequentemente, sejam extirpadas da r. decisão todas as menções a “*empréstimos fraudulentos*”, em especial a exposta nos fatos controvertidos fixados pelo MM. juízo. É o que se requer.

**b) Da omissão da r. decisão quanto à análise dos requisitos para inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII do CDC).**

Ademais, a r. decisão ora embargada não considerou a argumentação trazida pelo Banco BMG em suas manifestações no que concerne à impossibilidade de inversão do ônus da prova *in casu*, incorrendo, assim, em relevante **omissão**, *d.v.*

Este MM. juízo, ao se pronunciar sobre a possibilidade de inversão do ônus da prova, se limitou a reproduzir a regra do art. 6º, VIII do CDC e afirmar que *“considerando que a ação versa sobre contratos firmados com o réu, é certo que ele tem maiores condições de produzir provas”*.

Renovada vênia, ao assim decidir, a r. decisão embargada deixou de considerar a argumentação apresentada pelo BMG, em especial em sua contestação, no sentido de que **os requisitos previstos para concessão da inversão não estão presentes in casu.**

A omissão se mostra relevante na medida em que pode impor ao Banco réu a obrigação de provar fatos constitutivos do direito dos autores, bem como a produção de provas de fato negativo, o que não é admitido pelo sistema processual brasileiro.

Por essas razões, forçoso concluir pelo acolhimento dos embargos para que, sanando-se a omissão, este MM. juízo se manifeste sobre a argumentação trazida pelo BMG que afasta os requisitos para inversão do ônus da prova.

E, ao assim proceder, este *d.* magistrado certamente haverá de modificar a r. decisão, para indeferir a inversão concedida nos termos do art. 6º, VIII do CDC. É o que desde já se requer.

## II –REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, pede e espera o embargante sejam acolhidos estes aclaratórios, **com efeitos modificativos**, para que este *d.* Juízo:

1. **Sane o erro material**, para extirpar da r. decisão todas as menções a *“empréstimos fraudulentos”* em especial na fixação de pontos controvertidos, uma vez que a análise quanto a empréstimos não compõe o objeto da lide; e
2. **Sane a omissão**, para analisar a argumentação apresentada pelo BMG quanto aos requisitos para inversão do ônus da prova, o que certamente levará este MM. juízo a **modificar** a r. decisão embargada.

Diante da possibilidade de modificação da r. decisão, o réu pugna pela intimação do ora embargado para, querendo, apresentar resposta nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC/15.

Os presentes embargos servem também como **pedido de ajuste e esclarecimentos em face da r. decisão de saneamento, nos termos do art. 357, § 1º do CPC/15**, sendo apresentados no mesmo prazo previsto neste dispositivo.

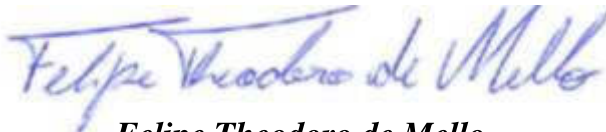
Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Belo Horizonte, 11 de setembro de 2023.



**Adriana Mandim Theodoro de Mello**  
**OAB/MG 56.145**



**Arthur Salles de Paula Moreira**  
**OAB/MG 136.818**



**Felipe Theodoro de Mello**  
**OAB/MG 169.298**



**Neman Mancilha Murad**  
**OAB/MG 178.701**



**EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG.**

**Processo nº 5154588-04.2019.8.13.0024**

**BANCO BMG S.A.**, já devidamente qualificado nos autos da Ação Civil Pública Cível em epígrafe, ajuizada pelo *INSTITUTO DEFESA COLETIVA* (“IDC”) e pela *DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS* (“DPMG”), igualmente qualificados, vem respeitosa e tempestivamente<sup>1</sup> perante V. Excelência, por seus procuradores ao final assinados, apresentar sua **ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS** em vista da r. decisão de ID nº 9889300706 e da intimação de ID nº 9898274181, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

**I – ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS: *pedido para produção de prova documental, com fixação de prazo para juntada de documentos, considerando a inversão do ônus da prova e o volume de informações e documentos.***

A decisão de ID nº 9889300706 (i) rejeitou as preliminares arguidas pelo BMG em sua contestação; (ii) fixou os pontos controvertidos da demanda; (iii) deferiu o pedido de inversão do ônus da prova pleiteado pelos autores; e (iv) intimou as partes para apresentar especificação de provas, no prazo de 10 (dez) dias.

<sup>1</sup>Em 21/08/2023, segunda-feira, foi expedida a comunicação eletrônica às partes sobre a decisão de ID nº 9889300706, a qual foi lida automaticamente pelo sistema em 31/08/2023, quinta-feira, **considerada a data da efetiva intimação** (cf. art. 4º, §3º, Lei nº 11.419/2006). Assim, o prazo de 10 dias úteis assinado pelo juízo começou a correr em 01/09/2023 e, considerando-se a suspensão do expediente forense nos dias 07 e 08/09/2023 em razão de feriado (Independência do Brasil e recesso do judiciário, cf. Resolução nº 458/2004 e Portaria Conjunta nº 1.434/PR/2023, ambas do Eg. TJMG – doc. 01, anexo), **se encerra apenas em 18/09/2023, segunda-feira, data do efetivo protocolo.** Tempestiva, portanto, essa manifestação.

Em face da decisão, o réu opôs embargos de declaração, nos termos do art. 1.022, incisos II e III, do CPC, para sanar *erro* e para pugnar por ajustes e esclarecimentos na r. decisão de saneamento, nos termos do art. 357, § 1º do CPC/15.

Em que pese a necessidade de apreciação dos embargos de declaração para definição definitiva dos contornos do despacho saneador e dos ônus probatórios, o Réu, em vista da atual inversão do ônus da prova e por cautela, **apresenta sua especificação de provas.**

A fim de comprovar a legalidade da operação, o banco já apresentou aos autos os documentos essenciais que confirmam que a realização do saque complementar é precedida de procedimentos realizados em observância à regulação existente e, portanto, não é eivado de qualquer ilegalidade. Em especial, foi apresentado com a contestação:

- Modelo de Contrato de cartão de crédito consignado - BMG
- Regulamento do cartão de crédito Consignado BMG
- Termo de Consentimento Esclarecido do Cartão de Crédito Consignado
- Atas notariais com exemplos de operações realizadas com o Banco.

Não obstante, considerando ter sido determinada a inversão do ônus da prova, e tendo em vista as acusações trazidas pela parte autora no sentido de que seria irregular a operação do saque complementar (identificada pelas autoras como “telessaque”), **a Instituição pretende ainda comprovar que as reclamações trazidas pelas autoras não são pertinentes ou, se pertinentes, já foram solucionadas administrativamente pelo Banco.**

Em verdade, a inversão do ônus da prova nessas circunstâncias implica em verdadeira produção de fato negativo, odiosa prova diabólica que sabidamente é rechaçada pela técnica processual. De toda forma, a fim de se desincumbir do ônus da prova, **pretende-se produzir prova documental** para rechaçar as alegações autorais.

Nesse sentido, observa-se que, até o presente momento, a parte autora apresentou (e o Banco teve acesso) a 144 (cento e quarenta e quatro) reclamações de consumidores.

Assim, tendo em vista a inversão do ônus da prova e o volume de informações e documentos a serem apresentados, é a presente para **pugnar pela produção de prova documental, com a concessão de prazo por este MM. juízo para apresentação da relação completa de dados e documentos a respeito das reclamações trazidas aos autos pelos Autores**, com a juntada, por exemplo, de planilhas de informações extraídas dos bancos de dados dos Réus, contratos, comunicações, atendimentos, extratos e outros documentos relacionados aos supostos clientes reclamantes que foram relacionados nos autos pelos Autores.

A prova documental ora requerida também pretende abarcar documentos internos do banco Réu a respeito da esteira de produção das comunicações fornecedor-cliente a respeito do saque complementar, onde há a demonstração de todas as etapas relacionadas de comunicação e contratação do produto objeto da lide e onde estão delineadas todas as diretrizes, orientações e regras relacionadas à oferta e às regras e limites da comunicação com os clientes pelos agentes do banco.

É evidente que a prova documental nos termos *supra* é congruente com os fatos controvertidos fixados em sede de saneador, uma vez que será verdadeiro arcabouço documental detalhado a respeito das operações de saque aprovado e complementar envolvendo cartão de crédito consignado, principalmente em face das supostas reclamações apresentadas pelos Autores em várias manifestações no curso do processo.

Tais provas são essenciais para se demonstrar os seguintes fatos controvertidos fixados em sede do saneador:

1. não há “*prática abusiva de descontos indevidos em benefícios de consumidores através da operação ‘telesaque’*”;
2. o Réu não promove “*operação de ‘telesaque’ sem a devida anuência e compreensão do cliente*”, uma vez que as operações de

- saque apenas são realizadas por iniciativa, compreensão e formalização da operação pelo cliente;
3. não há realização de qualquer contratação “*por meio telefônico*”; e
  4. não há *danos morais individuais* e *danos morais coletivos* no formato de oferta e contratação de saque autorizado e saque complementar na operação do Réu.

A concessão de prazo para a produção da prova documental requerida pelo Réu se justifica especialmente a partir da inversão do ônus probatório, pelo número elevado de informações e documentos citadas ao longo dos autos pelos Autores, o que demanda a reunião de volume mais do que considerável de dados e documentos internos do banco e que dizem respeito a reclamações datadas em período entre 7 e 2 anos atrás.

Registra-se, desde já, que dentre as 144 (cento e quarenta e quatro) reclamações apresentadas pela parte autora, apenas 75 possuem a identificação do reclamante com a indicação do número do seu CPF. As demais (69 reclamações) apresentam apenas dados isolados que dificultam em muito a identificação do reclamante para o Banco possa verificar, por exemplo, a veracidade da existência da reclamação, qual o tratamento dado pelo banco à reclamação (se houve solução do problema ou se a reclamação era impertinente, por exemplo):



Tais reclamações foram apresentadas sem documentos indispensáveis que pudessem permitir a verificação sequer (1) da identificação do reclamante (quase metade das reclamações não indicam o CPF do reclamante); (2) da existência ou não da relação

de consumo com o Banco; (3) se essas reclamações publicadas em sites ou apresentadas ao Procon de fato chegaram a ser notificadas ao Réu; (4) se, após o atendimento e resolução pelo Réu, foi verificada a procedência ou a improcedência dessas reclamações; (5) se houve celebração de acordo entre o reclamante e o Banco.

Logo, é necessária uma ampla busca para que sejam identificadas as reclamações mencionadas.

Assim, é em razão do grande volume de documentos e informações trazidas aos autos pelos Autores, o Réu **pugna pela concessão de prazo não inferior a 90 (noventa) dias para a produção da prova documental requerida**, que se prestará para aclarar e expor todos os fatos controvertidos e relevantes da lide e comprovar que:

- há verdadeira impertinência das reclamações que possuem clientes e/ou contratos identificáveis e que dizem respeito ao objeto da demanda, vez que tais contratações de operações de saque no cartão de crédito consignado se deram **com o consentimento** informado e esclarecido dos clientes do Réu ou foram pronta e satisfatoriamente atendidas e solucionadas pelo Réu;
- A pequena monta de reclamações que eventualmente tratam de falta de devido esclarecimento ou de consentimento foram solucionadas de forma diligente e prestativa pelo Réu, sendo quantidade irrisória em face do vultoso número de contratações realizadas com o Banco;
- Houve (como há em todas as hipóteses usuais de contratação de saque complementar com o banco Réu) o devido esclarecimento dos clientes na grande maioria das reclamações relacionadas nos autos.

## **II – DA NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA APRESENTAÇÃO DE DADOS PESSOAIS E INFORMAÇÕES BANCÁRIAS DE TERCEIROS**

Considerando que a presente ação foi ajuizada pela Defensoria e pelo Associação Instituto Defesa Coletiva, é evidente que as informações a serem



apresentadas aos autos dizem respeito a sujeitos que não integram a relação processual e não compõe diretamente o polo ativo ou passivo da lide.

Nessas circunstâncias, a apresentação de informações bancárias e de dados pessoais de terceiros pode importar em infringência à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e à regulação que trata do sigilo bancário (Lei Complementar 105/2001).

**Assim, é necessário que este juízo se pronuncie sobre a questão, a fim de definir as circunstâncias de apresentação das informações bancárias referidas acima para que, então, o Banco possa juntá-las aos autos da presente demanda.**

É o que se requer, desde já.

### III –REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, o requerido pugna pela produção de prova documental, com a fixação de prazo não inferir a 90 (noventa dias) por sua juntada dos documentos, a fim de que reste demonstrada a improcedência do pleito autoral e das alegações feitas a respeito das supostas abusividade e ilegalidade do saque complementar em cartão de crédito.

Requer-se, desde já, que este juízo se pronuncie sobre a juntada de documentos contendo dados pessoais e informações bancárias de terceiros para que a sua apresentação aos autos não caracterize infringência à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e à regulação que trata do sigilo bancário (Lei Complementar 105/2001).

Ademais, o requerido aproveita para expressamente manifestar sua irresignação em face da rejeição das preliminares de (i) ausência de interesse processual por inadequação da via eleita; (ii) de irregularidade de representação processual do autor IDC; e (iii) da incorreção do valor atribuído à causa, questões objeto da decisão de ID

9889300706 e sujeitas a recorribilidade diferida, nos termos do art. 1.009, § 1º, do CPC/15.

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Belo Horizonte, 18 de setembro de 2023.



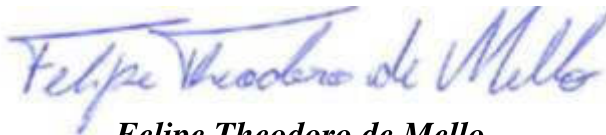
**Adriana Mandim Theodoro de Mello**

**OAB/MG 56.145**



**Arthur Salles de Paula Moreira**

**OAB/MG 136.818**



**Felipe Theodoro de Mello**

**OAB/MG 169.298**



**Neman Mancilha Murad**

**OAB/MG 178.701**

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

Processo nº: 5154588-04.2019.8.13.0024

INSTITUTO DEFESA COLETIVA, já qualificado nos autos da ação civil coletiva em epígrafe, movida em face de **BANCO BMG S/A**, vem, respeitosa e tempestivamente<sup>1</sup>, por suas procuradoras *in fine* assinadas, à presença de V. Exa., em atenção à intimação de Id. 2313497049, apresentar **RESPOSTA AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** de Id. 9917590658, nos termos que seguem.

## 1. BREVE RESUMO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS

Alega o embargante que a decisão embargada possui um suposto erro material, bem como foi omissa em relação aos requisitos necessários para inversão dos ônus probatórios.

Porém, observa-se, de toda sorte, que não podem ser acolhidos os embargos de declaração opostos, considerando que restam inexistentes os vícios mencionados, como será exposto a seguir.

## 2. DO NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AUSÊNCIA DE ERRO MATERIAL, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE

O Banco Embargante sustenta que houve um erro material, bem como omissão na decisão embargada.

Observa-se, contudo, que tais as razões apresentadas não constituem omissão ou erro material, mas sim nítida irresignação em relação à decisão embargada. Vê-se que a instituição financeira busca, em verdade, alterar o provimento jurisdicional, situação incabível em sede de aclaratórios, o que, por si só, impõe o NÃO CONHECIMENTO dos Embargos.

Sabe-se que o artigo 1.022 do CPC informa, de forma taxativa, as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração, de modo que não havendo enquadramento a um dos vícios elencados no dispositivo, restará configurado o não cabimento da espécie recursal, sendo elas:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

---

<sup>1</sup> A parte embargada foi intimada no dia 25/09/2023 (segunda-feira), iniciando-se o prazo de 05 (cinco) dias no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 26/09/2023 (terça-feira). Assim, o prazo fatal dar-se-á no dia 02/10/2023 (segunda-feira).

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:

I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.

E o embargante apenas expressa seu inconformismo em relação ao mérito da decisão, não sendo tal discussão possível em sede de embargos declaratórios, cujas hipóteses de cabimento são taxativas e se limitam a sanar erro material, omissão, contradições ou obscuridades, não observadas no caso em apreço.

A propósito, é esse o pacífico entendimento do STJ, acerca do tema:

PROCESSUAL CIVIL. **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE ERRO OU OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. INADEQUAÇÃO. ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.** 1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existentes no julgado. 2. É firme o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, para a configuração dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015, necessário que algum fundamento relevante para o julgamento da controvérsia não tenha sido objeto de apreciação pelo órgão julgador ou que a omissão, a contradição, a obscuridade ou o erro material suscetíveis de serem afastados por meio de Embargos Declaratórios estejam contidos entre os próprios termos do dispositivo ou entre a fundamentação e a conclusão do acórdão embargado. 3. Não se verifica na espécie sub examine nenhum dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015 a ser sanado, senão o intuito de rediscutir matéria já decidida, emprestando-lhe efeito infringente. 4. O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida. [...] 8. Assim, não tendo o recurso ultrapassado o seu requisito de admissibilidade, não há falar em omissão quanto à tese de mérito. 9. Logo, inexistindo, no acórdão, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015, não se pode acolher os Aclaratórios. 10. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1718945/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 22/04/2019)

Portanto, resta patente o fito da parte embargante em reverter o ato decisório, de acordo com suas convicções, hipótese inadmissível pela via dos aclaratórios, o que impõe o não conhecimento do recurso.

### 3. DA AUSÊNCIA DE ERRO MATERIAL

Alega o banco embargante que constou um erro material na decisão embargada, na medida em que, ao fixar os pontos controvertidos, V. Exa. incluiu o questionamento de empréstimos fraudulentos, sendo que, segundo o embargante, tal discussão não é objeto da presente demanda.

Pela simples leitura dos aclaratórios, observa-se que não há qualquer erro material, mas sim uma tentativa da instituição financeira ré em modificar a decisão proferida por V. Exa., considerando que:

O “erro material” pode ser conceituado como o equívoco ou inexatidão relacionado a aspectos objetivos como um cálculo errado, ausência de palavras, erros de digitação, troca de nome etc.. Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento de um magistrado sobre determinada matéria.<sup>2</sup>

Neste sentido é a jurisprudência uníssona:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E ERRO MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. DIVERGÊNCIA NOTÓRIA NÃO VERIFICADA. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada.

2. No caso, não se verifica a existência de nenhum dos vícios em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, “o erro material passível de correção a qualquer tempo é o que se refere a meros equívocos ou inexatidões materiais, não interferindo no juízo de valor sobre a matéria” (REsp 1.801.128/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 27/8/2019, DJe 11/10/2019), situação que não se verifica nos autos.

4. Mesmo nos casos de divergência notória, necessária se faz a indicação precisa dos dispositivos de lei tidos por violados, tendo em conta o papel constitucional do STJ de uniformizar a interpretação da norma infraconstitucional. Precedente.

5. Não podem ser acolhidos embargos de declaração que, a pretexto de alegados vícios no julgado combatido, traduzem, na verdade, o inconformismo da parte com a decisão tomada, buscando rediscutir o que decidido já foi.

6. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt no AgInt no REsp n. 1.466.659/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 12/9/2023, DJe de 21/9/2023.)

Desta forma, os presentes embargos devem ser rejeitados, uma vez que não há que se falar em erro material na decisão embargada.

#### **4. DA SUPOSTA OMISSÃO EM RELAÇÃO AOS REQUISITOS ENSEJADORES DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO**

O banco embargante aduz que a decisão embargada foi omissa em relação aos requisitos da inversão do ônus da prova previstos no art. 6º, VIII do CDC, sem razão, contudo.

Alega que sua argumentação não foi levada em consideração por este julgador na prolação da decisão, porém, tal constatação é exclusiva da instituição financeira, uma vez que a decisão foi

---

<sup>2</sup> A concepção sobre o conceito de “erro material” não é recente. Em 1999, já estava presente nos tribunais. Vide, por exemplo: Brasil, TRF-2, MS 0 97.02.27188-6, Desembargador Federal Guilherme Couto, Órgão Julgador: Primeira Turma, j. em 02/03/1999.



muito clara e específica, sem a necessidade de mencionar de forma específica todos os pontos levantados pelas partes, vejamos a análise realizada:

2 – Quanto ao ônus probatório, como já mencionado, a presente ação tem a finalidade de proteção de direitos de consumidores supostamente lesados por práticas do réu.

O art. 6º, VIII, do CDC, prevê ser direito do consumidor a facilitação da defesa de seus interesses, inclusive por meio da inversão do ônus da prova, quando verossímil a alegação ou quando houver hipossuficiência.

É cediço que o conceito de hipossuficiência deve ser analisado por ótica que ultrapassa a questão financeira, abrangendo também a perspectiva probatória.

E, no caso, considerando que a ação versa sobre contratos firmados com o réu, é certo que ele tem maiores condições de produzir provas, inclusive para que, por meio de, por exemplo, análise de tais contratos, seja aferida eventual legalidade do telesaque.

A possibilidade de inversão do ônus da prova em ação coletiva de consumo é reconhecida na jurisprudência do Eg. TJMG:

Ademais, também não restam dúvidas de que os requisitos autorizadores da inversão do ônus probatório estão sim presentes no caso em apreço, uma vez que, como enfatizado na decisão embargada, estamos diante de uma relação de consumo em que as contratações são realizadas pela instituição financeira e milhares de consumidores realizaram reclamações de que não contrataram tais serviços.

Desta forma, cabe à instituição financeira ré comprovar que realiza contratações de forma lícita e com a devida anuência dos consumidores.

Acerca da inversão do ônus probatório em ações coletivas, o C. STJ já decidiu na importância da cooperação do julgador, por se tratar de defesa de direitos coletivos ou individuais homogêneos que atingem um grande número de pessoas, sendo totalmente pertinente e cabível a inversão, vejamos:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CAUSA DE PEDIR APONTANDO ABUSIVIDADE CONTRATUAL. LEGITIMIDADE DE ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DE "CONSUMIDORES DE CRÉDITO" PARA AJUIZAR AÇÃO COLETIVA COM O PROPÓSITO DE VELAR DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DE CONSUMIDORES. EXISTÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DEMONSTRAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS MEDIANTE APRESENTAÇÃO OU INDICAÇÃO DE INÍCIO DE PROVA. NECESSIDADE, EM REGRA. PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 27 DO CDC. RESTRITO AOS CASOS EM QUE SE CONFIGURA FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRAZO PARA AJUIZAMENTO. 5 ANOS. DEVER DE DIVULGAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO. INEXISTÊNCIA. TESE VINCULANTE, SUFRAGADA EM RECURSO REPETITIVO.

(...)

6. Malgrado o art. 370, caput, do CPC estabeleça poder instrutório amplo, em linha de princípio, deve ser utilizado somente de forma complementar, proporcionando às partes primeiramente se desincumbirem de seus ônus da forma que melhor lhes aprouver.

**Contudo, no âmbito do processo coletivo, em razão do princípio da indisponibilidade da demanda coletiva, haverá um poder instrutório amplo para o juiz, uma vez que: a) deve fiscalizar a produção probatória, bem como atuar ativamente na sua produção, inclusive**

com a possibilidade de averiguar a deficiência do substituto processual em produzi-la; b) por serem os representantes escolhidos por um rol legal, ganha ainda mais destaque a função do juiz na instrução probatória, atuando ativamente, ainda que de forma complementar, suprimindo eventual deficiência dos substitutos processuais; c) sob um viés estático, as provas pertencem ao campo do direito material, pois, sob esse aspecto, elas são consideradas como meios ou fontes, relacionadas à função de certeza dos negócios jurídicos; mas, sob um aspecto dinâmico, a prova ganha especial importância no direito processual, em razão de importar numa reprodução ao juízo do fato a se provar, o que ocorre no bojo do processo e obriga todos os sujeitos processuais; d) não há nenhum impedimento para a aplicação dessa redistribuição do ônus da prova nas ações civis públicas que veiculem relações de consumo, desde que para beneficiar o consumidor (ou, no caso, o substituto processual dos consumidores).

7. No processo coletivo, as situações jurídicas discutidas são complexas, envolvendo direitos essencialmente coletivos, cuja a titularidade pertence a uma coletividade, ou direitos individuais homogêneos, que envolvem a existência de um grande número de lesados. A produção da prova, nesses casos, afigura-se dificultosa, uma vez que, em muitas situações, é impossível demonstrar a lesão aos sujeitos individuais, ou mesmo inviável diante do grande número de sujeitos eventualmente lesados, sendo recorrente e válida a utilização como meio de prova da amostragem (a partir da prova de um fato ou de alguns fatos selecionados de um conjunto comum, formula-se um raciocínio indutivo no qual se pressupõe que, uma vez demonstrada determinada situação para os objetos selecionados, ela também se repetirá para os demais componentes do conjunto).

(...) 12. Recurso especial parcialmente provido. (REsp n. 1.583.430/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 23/8/2022, DJe de 23/9/2022.)

Assim, observa-se que, além de não haver qualquer omissão sobre o assunto, as alegações do embargante não merecem qualquer respaldo, devendo ser desprovidos seus aclaratórios.

## 5. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, roga pelo recebimento da presente resposta, para fins de que **NÃO SEJAM CONHECIDOS** os presentes Embargos de Declaração, **considerando a inexistência dos vícios apontados pelo embargante**. Caso não seja este o entendimento de V. Exa., requer o **NÃO ACOLHIMENTO** dos embargos declaratórios, face à inexistência de erro material e omissão na decisão embargada.

Por fim, pugna-se para que todas as intimações e notificações sejam direcionadas exclusivamente à Dra. Lillian Jorge Salgado, OAB/MG Nº 84.841, sob pena de nulidade de todos os atos processuais.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2023.

LILLIAN JORGE SALGADO  
OAB/MG 84.841

LANAY MONTEIRO DE CASTRO MAIA  
OAB/MG 193.135

MM JUIZ,

Em ID 9889300706 – Decisão judicial de saneamento do feito, e ao final deferimento do pedido de inversão do ônus probatório:

“Quanto ao ônus probatório, como já mencionado, a presente ação tem a finalidade de proteção de direitos de consumidores supostamente lesados por práticas do réu.

E, no caso, considerando que a ação versa sobre contratos firmados com o réu, é certo que ele tem maiores condições de produzir provas, inclusive para que, por meio de, por exemplo, análise de tais contratos, seja aferida eventual legalidade do telesaque.”

O réu, por sua vez, opôs embargos de declaração da referida decisão, ID 9917590658.

Em contrarrazões a parte autora se manifestou no ID 10063903652 .

A Defensoria Pública adere a manifestação do autor de ID 10063903652 - Contrarrazões, restando demonstrado que se trata de mero inconformismo, haja vista que não há contradição ou dúvida, pois a decisão judicial teve como fundamento o art. 6º, VIII, do CDC.

No que à especificação de provas, a Defensoria Pública se manifestou no ID 9931645550 - Manifestação da Defensoria Pública na qual reitera a manifestação de ID 9914254355.

Pede deferimento.

Luciana Murta Duarte  
Defensora Pública  
Madep 0219



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS